



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA PÓVOA DE LANHOSO

Aos 30 dias do mês de junho do ano de 2025, pelas 20h30, no Theatro Club da Câmara Municipal da Póvoa de Lanhoso, sob a presidência de António Manuel Marques de Queirós Pereira, secretariado por José Ângelo Saavedra de Almeida Faria e por Maria da Glória Rodrigues Matos Couto, em substituição da segunda secretária, Eulália Margarida da Silva Rodrigues, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal da Póvoa de Lanhoso, com a seguinte ordem de trabalhos:

- PERÍODO DE INTERVENÇÃO DOS JOVENS MUNICIPAIS (15')
- PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA (45')
- PERÍODO DE INTERVENÇÃO DOS PRESIDENTES DE JUNTA (16')
- PERÍODO DE INTERVENÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES
- PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO (16')
- PERÍODO DA ORDEM DO DIA:

Ponto Um (30`):

Análise da atividade do Município e sua situação financeira, conforme disposto na alínea c) do n.º 2 do artigo 4.º do Regimento da Assembleia Municipal.

Ponto Dois (15`):

Informação da Câmara Municipal sobre o Relatório de Execução Orçamental do 1º Trimestre de 2025 da Escola Profissional do Alto Ave, nos termos da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, na sua redação atual.

Ponto Três (30`):

Proposta da Câmara Municipal para aprovação do Regulamento Municipal de Gestão do Arvoredo em Meio Urbano, conforme disposto na alínea g) do n.º 1 do artigo 4º do Regimento da Assembleia Municipal.

Ponto Quatro (20`):

Proposta da Câmara Municipal para aprovação da consolidação de contas adstrita ao exercício de 2024, nos termos do n.º 2 do artigo 76.º da Lei 73/2013, de 03 de setembro.

Ponto Cinco (30`):

Proposta da Câmara Municipal para aprovação da 7.ª alteração modificativa ao Orçamento e Grandes Opções do Plano para 2025, nos termos dos termos da alínea a) n.º 1 do artigo 4.º do Regimento da Assembleia Municipal.

Estiveram presentes na bancada do PS os seguintes membros: Filipe Almeida Silva; Álvaro da Silva Vieira; Joaquim Armando Pereira Fernandes; Rolando Jorge Martins

Gomes Ferreira; Pedro Alexandre Oliveira Vale; Fernando Leonel Brandão da Cunha e Marta Maria da Cunha Vieira.

Foi justificada a falta da deputada em regime de substituição, Matilde Maria Abreu Peixoto Martins.

Estiveram presentes na bancada do PSD os seguintes membros: Sónia Manuela Baptista Guimarães; Augusto de Jesus Oliveira Lopes de Freitas; Luís Carlos Lopes Carvalho; Fátima Elizabeth Campos Alves; José Miranda Gomes; Artur Vasco Lopes Salgado; Sónia Margarida da Silva Fernandes; Vítor Hugo Araújo da Silva; José João da Costa Fraga; Sérgio Matias de Sousa Reis e Diogo Amaral de Sousa.

Esteve presente o membro do CDS: Pedro Alexandre Dias Afonso.

Estiveram representadas as Juntas de Freguesia do PSD de: Lanhoso; Monsul (embora tenha saído no intervalo); Póvoa de Lanhoso; Rendufinho; Santo Emilião; Serzedelo; Sobradelo da Goma; Travassos; Vilela; União das Freguesias de Esperança e Brunhais; União de Freguesias de Verim, Friande e Ajude e União de Freguesias de Calvos e Frades.

Estiveram representadas as Juntas de Freguesia do PS de: Garfe; São João de Rei; Galegos; Geraz do Minho; União das Freguesias de Águas Santas e Moure; União de Freguesias de Campos e Louredo e União de Freguesias de Fonte Arcada e Oliveira. E foi justificada a falta do representante da Junta de Freguesia de Taíde.

Estiveram representadas as Juntas de Freguesia eleitas como independentes: Covelas e Ferreiros.

Da Câmara Municipal estiveram presentes os seguintes elementos do PS: Frederico de Oliveira Castro; Maria de Fátima Vieira Duarte Moreira e Alberto Ricardo Teixeira Alves. Tendo faltado o senhor vereador Paulo Jorge Coimbra Fernandes do Gago. Estiveram presentes os seguintes elementos do PSD: Olga de Jesus de Oliveira Fernandes Duque; Maria Alice Rodrigues Sousa e Alexandre Manuel Coimbra Peixoto.

O Presidente da Assembleia Municipal, António Queirós Pereira, deu início à sessão ordinária da Assembleia Municipal, cumprimentou todos os presentes, e começou por colocar à votação a aprovação da ata da sessão ordinária da Assembleia Municipal de 29 de abril de 2025, informou que a mesma foi aprovada por maioria com uma abstenção. Seguidamente informou que a Mesa da Assembleia recebeu por parte do executivo da Junta de Freguesia de Santo Emilião, um voto de pesar pelo falecimento do senhor Paulino Cardoso de Oliveira, ao qual a mesa e as bancadas parlamentares se associaram,

e concedeu a palavra ao representante da Junta de Freguesia de Santo Emilião para leitura do voto de pesar.

Interveio o tesoureiro da Junta de Freguesia de Santo Emilião, Artur Miguel Salgado, cumprimentou todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Voto de pesar pelo falecimento de Paulino Cardoso de Oliveira

Foi com profunda consternação que a freguesia de Santo Emilião recebeu, no passado dia 09 de junho de 2025, a triste e fatídica notícia do falecimento de Paulino Cardoso de Oliveira, aos 68 anos de idade.

A Junta de Freguesia de Santo Emilião vem, por este meio, submeter à elevada consideração da Assembleia Municipal da Póvoa de Lanhoso o presente voto de pesar, pelo falecimento de Paulino Cardoso de Oliveira, natural e residente de Santo Emilião, cuja vida foi pautada por um profundo espírito de serviço público, dedicação à sua terra e exemplar conduta cívica.

Empresário de mérito na área da restauração, Paulino Cardoso de Oliveira contribuiu de forma expressiva para o dinamismo económico e social da freguesia, tendo ao longo da sua vida profissional criado valor, promovido o acolhimento e fortalecido laços de proximidade com a comunidade.

Distinto pelo seu compromisso com a causa pública, desempenhou com elevada competência e sentido de responsabilidade o cargo de Secretário da Junta de Freguesia de Santo Emilião, entre janeiro de 1990 e outubro de 2005, período durante o qual deixou uma marca de rigor, dedicação e espírito de missão ao serviço de todos os emilianos.

Foi ainda fundador da Comissão de Melhoramentos de Santo Emilião, instituição de relevante importância para o progresso da freguesia, à qual dedicou o seu esforço e saber, impulsionando iniciativas que marcaram o desenvolvimento local e fortaleceram o tecido social e associativo da comunidade.

O desaparecimento de Paulino Cardoso de Oliveira constitui uma perda irreparável para Santo Emilião, deixando um legado de trabalho, dedicação e profundo amor à sua terra, que merece ser reconhecido e perpetuado.

Assim a Junta de Freguesia de Santo Emilião propõe que a Assembleia Municipal da Póvoa de Lanhoso, reunida em sessão ordinária de 30 de junho de 2025, delibere:

- *Aprovar o presente “Voto de Pesar” pelo falecimento de Paulino Cardoso de Oliveira, guardando um minuto de silêncio em sua memória;*
- *Manifestar à família, principalmente aos seus irmãos, cunhados, sobrinhos, as mais sentidas condolências, transmitindo o teor deste “Voto de Pesar”.*

Seguidamente, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, colocou à votação do plenário o voto de pesar, informou que o mesmo foi aprovado por unanimidade e fez-se um minuto de silêncio. Após cumprido o minuto de silêncio, concedeu a palavra

ao primeiro secretário, José Faria, para leitura da correspondência recebida desde a última sessão ordinária da Assembleia Municipal.

Após a leitura da correspondência, passou de imediato ao Período de Intervenção dos Jovens Municipais. Informou que seriam apresentadas três moções uma de cada agrupamento de escolas e uma da EPAVE, e concedeu a palavra aos alunos representantes do Agrupamentos de Escolas Gonçalo Sampaio, Maria Araújo Oliveira e Jael Sampaio, para apresentação da primeira moção.

Intervieram as jovens Maria Araújo Oliveira e Jael Sampaio, cumprimentaram todos os presentes e no uso da palavra referiram:

“Desligar para viver

Contextualização: Um estudo realizado em Portugal em 2019 referia que havia quase três quartos (73,3%) de jovens que apresentavam sintomas de viciação na Internet. Destes, 13% exibiam níveis severos de dependência, que se manifestavam através dos comportamentos mais extremos. Os próprios jovens parecem ter noção disto, uma vez que mais de metade (52,1%) dos inquiridos se percecionavam como “dependentes da internet”.

Apesar de existirem, inegavelmente, aspetos positivos associados ao desenvolvimento, tecnológico e digital, não podemos deixar de salientar os negativos e as consequências deles advindas para a saúde mental nas nossas crianças/adolescentes.

As tecnologias podem comprometer o bom desenvolvimento cognitivo e da linguagem, colocar em causa o bom desempenho escolar, limitar a interação social, potenciar o cyberbullying e contribuir para alterações ao nível do funcionamento executivo (défice de atenção) e do comportamento.

Limitar o tempo de ecrã ajuda a criar uma relação mais saudável com a tecnologia, reduzindo a compulsão de estar constantemente conectado. Substituir parte do tempo dedicado aos dispositivos por hobbies offline, como leitura, desportos ou atividades artísticas, pode ajudar a reduzir a dependência digital.

No entanto, se os jovens em questão padecem desta dependência e não a conseguem ultrapassar, deverá ser ponderado o recurso a especialistas em saúde mental o quanto antes.

- ***Objetivos:***

- *combater a dependência das redes sociais e dos jogos em plataformas digitais;*
- *promover a socialização entre jovens e entre gerações;*
- *promover a melhoria da saúde mental e física.*

- ***Ações/Atividades propostas:***

- *Criação de uma equipa responsável pela divulgação e dinamização de atividades:*
 - *Workshops (origami, artes);*
 - *Dia offline (caminhadas, etc...);*

- Atividades em cooperação com centros de dia, lares e outras instituições (CAPA/ Bombeiros/etc...).
- Sessões de sensibilização nas escolas (técnicas para combater a dependência)
- Acompanhamento para casos diagnosticados de dependência (cooperação com a Unidade de Saúde Familiar).
- Recursos:
 - Recursos humanos: Equipa promotora da saúde mental, composta por técnicos especializados, responsável pela apresentação/gestão de atividades;
 - Recursos físicos: espaços verdes, Espaço Jovem.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra aos alunos representantes do Agrupamento de Escolas da Póvoa de Lanhoso, Bruna Xavier e Jesus Tinoco, para apresentarem a segunda moção.

Intervieram os jovens Bruna Xavier e Jesus Tinoco, cumprimentaram todos os presentes e no uso da palavra referiram:

“Tema: Desenvolvimento da Literacia Política: Como incentivar a participação política dos jovens a diferentes escalas – local, nacional e europeia.

- **Introdução:** Passo agora a explicar a nossa proposta tem como título “Liga-te à Política: A democracia começa aqui” e insere-se no tema do desenvolvimento da literacia política.
- **Descrição da Proposta:** De forma a intensificar o interesse dos jovens na participação política, pensamos como proposta na organização de uma semana municipal da Literacia Política. Uma semana com atividades dinâmicas diferentes e que integre sessões com convidados de áreas diversas e de quadrantes políticos diferentes (autarcas, deputados, jornalistas, políticos e até mesmo ex-alunos das escolas do concelho envolvidos no mundo da política), sessões de debate com temas relacionados com a realidade que nós jovens experienciamos (Questões do tipo: “O que fazem os políticos por mim?”; “Como consigo realmente impactar a minha cidade/vila/país e transformá-la em algo melhor?”; “Porque devo importar-me com as decisões políticas, desde o nível mais próximo da minha localidade até ao nível europeu?”) ou debates sobre temas/problemas locais que vivemos no nosso concelho, como por exemplo: transportes públicos, espaços verdes, internet e apoio no uso das tecnologias digitais nas aldeias, etc. De forma a facilitar isto, podíamos também criar um grupo de estuantes que teria como função organizar este tipo de semanas e direcionar as aprendizagens que queremos adquirir num bom caminho, articulando-se depois com asta Assembleia Municipal Jovem. Estes grupos de estudantes podiam ser eleitos ou até para começar, os mesmos que estão a participar nesta assembleia. Por fim, para auxiliar a interação com os estudantes nesta semana, poderiam ser criados espaços digitais (Website, Padlet, etc) que

tenham como objetivo resumir de forma dinâmica e participativa as atividades da semana, permitir votações simuladas dos debates realizados, para dar ênfase à importância do debate para persuadir as pessoas e demonstrar as suas opiniões, ter espaço para ideias de todos os alunos, inclusive os que não se voluntariam para participar diretamente em assembleias como esta, assim poderiam apresentar propostas para o concelho, para poderem posteriormente ser levadas à frente e ter alguns vídeos educativos do estilo “Sabias que?” sobre temas à volta da política para gerar interesse e vontade de participar.

- **Fundamentação:** *Acreditamos que esta nossa proposta:*

1 – Promove o desenvolvimento da literacia política desde cedo, criando um ambiente propício às intervenções dos jovens em atividades como esta ou noutras tomadas de decisão em assuntos que lhes dizem respeito;

2 – Incentiva o pensamento crítico e o debate construtivo;

3 – Valoriza o poder da juventude na construção do futuro através da possibilidade da apresentação das propostas de todos e do próprio contributo para a realização/execução destas iniciativas;

4 – Responde à crescente preocupação com o desinteresse juvenil pela política, evitando os malefícios de um possível excesso de desinformação sobre estes temas e criando jovens mais sensatos, responsáveis, críticos e participativos;

5 – Ajuda a desconstruir preconceitos em relação à política, como se fosse um espaço no qual só se movem oportunistas;

6 – Estimula o envolvimento cívico através de experiências práticas nos debates, permitindo desenvolver qualidades tais como respeito, argumentação, o próprio discurso, entre outros.

- **Concluindo, os motivos pelos quais esta proposta seria benéfica para todos nós:**

Esta proposta tem como objetivo fortalecer o envolvimento dos jovens na vida política, contribuindo para uma escola mais consciente e participativa. Em primeiro lugar, aproxima os estudantes da política ao promover o contacto direto com autarcas, deputados e outros intervenientes, mostrando que a política é acessível e que todos podem ter um papel ativo na sociedade.

Além disso, incentiva o desenvolvimento do pensamento crítico, através de debates sobre temas que fazem parte do quotidiano dos jovens. Estes momentos de reflexão e argumentação ajudam a formar cidadãos mais informados, capazes de analisar diferentes perspetivas e de expressar as suas ideias de forma clara e fundamentada.

Por fim, estimula a participação cívica ao permitir que os alunos compreendam melhor o impacto das decisões políticas, desde o nível local até ao europeu.

Ao envolver-se nestas atividades, cada jovem reconhece que pode contribuir para a mudança e para a melhoria da sua comunidade.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra à aluna representante da EPAVE, Margarida Cunha Sousa, para apresentar a terceira moção.

Interveio a jovem Margarida Cunha Sousa, cumprimentou todos os presentes e no uso da palavra referiu:

*“O tema que venho defender é: **Contrariar as diversas dependências com práticas desportivas, promovendo torneios inter-escolas, desenvolver atividades associativas e de voluntariado.***

Atualmente, muitos jovens enfrentam diferentes tipos de dependências – desde o uso excessivo das redes sociais e videojogos, ao consumo de substâncias nocivas.

Acreditamos que é fundamental oferecer alternativas saudáveis que incentivem estilos de vida equilibrados.

O desporto é uma dessas alternativas, para além de melhorar a saúde física e mental, promove valores como o respeito, a responsabilidade e o espírito de equipa. Por isso, defendemos a realização de torneios inter-escolas, para fomentar a prática desportiva regular e criar laços entre alunos de diferentes escolas. Estes torneios podem ter modalidades variadas para diferentes perfis e apoio de treinadores. Uma forma de incentivo é criar eventos com premiações, apresentações culturais e envolvimento das famílias, podendo existir parcerias com empresas locais para patrocínio.

Paralelamente, é importante apostar em atividades associativas e de voluntariado, que proporcionem aos jovens a oportunidade de se envolverem ativamente na sociedade, desenvolverem competências e ganharem consciência social. Neste sentido, seria oportuno, formar grupos de apoio mútuo sobre temas como saúde mental, bullying, redes sociais, consumos, dinâmicas de grupo com psicólogos ou mediadores juvenis.

O voluntariado é uma forma de estimular a empatia, solidariedade e integração comunitária, poderia ser criada a “Semana do Voluntariado” com atividades em grupo e reconhecimento aos participantes.

Estas iniciativas são formas eficazes de ocupar o tempo livre de forma construtiva, afastando comportamentos de risco, acreditando que haveria um aumento da autoestima e do rendimento escolar; Fortalecimento dos laços sociais e familiares e maior envolvimento cívico e comunitário.

Acreditamos que, através do desporto, do associativismo e do voluntariado, conseguimos dar aos jovens mais ferramentas para fazerem escolhas positivas e saudáveis.

Muito obrigado pela atenção.”

Seguidamente, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, agradeceu a apresentação das três moções e concedeu a palavra ao deputado do CDS-PP, Pedro Afonso, para comentar as mesmas.

Interveio o deputado Pedro Afonso, cumprimentou todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Gostaria de dirigir um cumprimento muito especial a todos os jovens povoenses e um agradecimento particular às alunas e alunos dos agrupamentos de escolas da Póvoa de Lanhoso, Gonçalo Sampaio e Escola Profissional do Alto Ave por todo o empenho demonstrado na preparação e participação na Assembleia Municipal Jovem.

Gostaria ainda em nome do CDS-PP de lhes manifestar publicamente em especial a todos os participantes que nos enchem de orgulho, dando-lhes desde já os nossos parabéns e desejando que a Assembleia Municipal jovem continue a dar frutos à nossa comunidade no futuro. Muito obrigado.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra à deputada do GP do PSD, Fátima Alves.

Interveio a deputada Fátima Alves, cumprimentou todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Uma palavra de reconhecimento aos três estabelecimentos de ensino da Póvoa de Lanhoso aqui representados, cuja presença nos enriquece e nos orgulha, mas é com particular atenção que saúdo os alunos e as alunas dos três estabelecimentos, neste caso, a Maria Oliveira e Jael Sampaio do Agrupamento de escolas Gonçalo Sampaio, a Bruna Xavier e o Jesus Tinoco do Agrupamento de Escolas da Póvoa de Lanhoso e a Margarida Sousa, da Escola Profissional do Alto Ave. Sejam muito bem-vindos. Esta é também a vossa casa.

Vivemos num tempo de mudanças aceleradas, num tempo onde, por vezes, grita mais alto a intolerância, ao invés do respeito e da solidariedade e, por isso, mais urgente do que nunca que os jovens assumam o seu papel de protagonistas neste presente e não apenas como promessas de futuro, é essencial que compreendam o verdadeiro valor da democracia e a força da participação cívica que vai gerar um poder transformador em cada um de nós. A democracia não é um dado adquirido, é também algo que se constrói todos os dias, com palavras, com ações e com escolhas conscientes, disse nas últimas comemorações do 25 de Abril e repito, ainda hoje não podemos dar como garantidas aqueles que foram os legados do 25 de Abril. O cultivo dos valores de abril é uma tarefa contínua, um compromisso permanente com a liberdade, com a justiça e com a igualdade. Não se resignem, não se calem, não esperem que os outros decidam por vós. Vocês são a energia, são a criatividade, são também a esperança desta terra, informem-se, questionem, reivindiquem. O vosso lugar é aqui no centro da cooperação e da cidadania ativa, num tempo em que tantos jovens vivem presos a ecrãs, mergulhadas em realidades distorcidas pelas redes sociais, é urgente resgatar o que nos torna verdadeiramente humanos. O diálogo, o debate de ideias, o encontro um com o outro, o

desporto, o voluntariado, o associativismo ensinam-nos mais do que nunca, as competências, a resiliência, a solidariedade, a humildade e a dignidade, é isso que faz de nós cidadãos plenos.

Façam-se ouvir, assumam a liderança que o vosso tempo exige, sejam a mudança que todos nós precisamos. Muito obrigada pela vossa presença e pela vossa voz e por darem um bocadinho de vocês à nossa terra que tanto precisa. Um bem-haja e muito obrigada.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao deputado do GP do PS, Filipe Silva.

Interveio o deputado Filipe Silva, cumprimentou todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Cumprimento de forma especial, os três estabelecimentos de ensino que cá estiveram representados hoje e em particular, os alunos que aqui vieram apresentar as vossas moções e aquilo que me apraz dizer é muitos parabéns.

Nós vivemos hoje em dia numa sociedade em que facilmente ouvimos as pessoas dizerem que os jovens não se interessam da política para nada, os jovens não querem saber, e é verdade que isso em parte é uma problemática, mas vocês hoje vieram cá e mostraram que não só se interessam como têm muita qualidade naquilo que fazem e trouxeram cá temas que são temas que poderiam ser temas centrais de debate aqui nesta Assembleia, porque efetivamente, a prática desportiva, a saúde, a saúde mental e a grande problemática que é a dependência da internet nos dias de hoje são temas que a todos nos devem preocupar e ainda bem que vocês os trouxeram para cá, para que possamos debatê-los, analisá-los e com excelentes propostas.

Fiquei muito agradado com aquilo que ouvi e resta mais uma vez, dar-vos os parabéns e dizer-vos que não deixem de participar, não deixem de se interessar, porque fazem falta, faz cada vez mais falta à política, gente como vocês com capacidade crítica, com capacidade de análise e com vontade de fazer algo pela nossa sociedade. Muito obrigado por aquilo que nos trouxeram cá.”

Seguidamente, o Presidente da Assembleia Municipal, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao Presidente da Câmara.

Interveio o Presidente da Câmara, Frederico Castro, cumprimentou todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Uma saudação muito especial aos alunos e às alunas que vem do agrupamento de escolas Gonçalo Sampaio, do Agrupamento de Escolas da Póvoa de Lanhoso e da EPAVE, a Maria Araújo, a Jael Sampaio, a Bruna Xavier, o Jesus Tinoco e a Margarida Cunha Sousa. Para mim não foi uma novidade, porque, de facto, já estivemos aqui todos juntos

num dia, há cerca de um mês ou um mês e meio atrás, e tivemos já nesse dia, a oportunidade de debater as vossas ideias, de discutir outras ideias também que foram cá trazidas, mas antes de falar destas ideias e eu queria recuar um ano. E recuar um ano para dar razão àquilo que foi também o trabalho que fizemos todos juntos há um ano e às propostas que foram aqui apresentadas também na altura, fruto da Assembleia Municipal jovem que tinham propostas na área das políticas de inclusão e nós que tínhamos já vontade também de avançar com políticas de inclusão mais ativas e efetivas inaugurámos desde o ano passado até hoje, o balcão do CLAIM que tem precisamente a missão de ajudar a integração dos migrantes que era uma das vossas preocupações e uma das preocupações também que foi debatido na altura pelos colegas que trouxeram cá essa recomendação e que entretanto já foram concretizadas.

Propostas no âmbito do ambiente, também, recordo que falávamos há um ano atrás da necessidade de criar brigadas jovens, brigadas do Ambiente jovens que patrulhassem e que ajudassem a fazer este trabalho e essas brigadas foram já criadas. Essas equipas estiveram já a trabalhar o ano passado e vão tornar a estar a colaborar connosco e com a Proteção Civil este ano ao longo de todo o ano, nomeadamente nesta época, de Verão onde alguns jovens têm mais disponibilidade e nós aproveitámos essa disponibilidade, também, para os integrar e para os trazer à participação.

Mas também políticas na área da sustentabilidade. A sustentabilidade é hoje um tema transversal que deve preocupar e preocupa, e bem, os mais jovens que trouxeram no ano passado também propostas nesta área e que também de alguma forma, reforçaram a intenção, que está vertida no nosso plano de investimento do Portugal 2030 que pressupõe, por exemplo, a requalificação e otimização energética das piscinas municipais cobertas que precisam de uma modernização, nomeadamente nesta área também da sustentabilidade e que tem muito a ver precisamente com aquilo que vocês sugeriram o ano passado e que tem feito parte também das nossas propostas e da nossa ação política, por assim dizer.

E porque é que eu fiz esta resenha histórica, porque é importante, eu acho que é muito importante que os mais jovens, que vocês sintam que as assembleias municipais jovens que organizámos o ano passado, este ano e no futuro, não caem, desculpem a expressão, não caem num saco roto, ou seja, cair em saco roto significa, como todos sabemos que não teria efeito nenhum, que não seriam ouvidas pelo executivo e que não teriam na prática, nenhum reflexo no dia-a-dia do concelho. É exatamente o contrário. Tivemos em consideração aquilo que ouvimos e que recebemos da vossa parte no ano passado, como temos em consideração aquilo que propuseram este ano e que tem até curiosamente, eu comentava ali com a vereadora Olga Duque, ela comentava comigo em primeira mão, depois fazíamos este comentário que muitas destas propostas podem tocar-se entre si, e podem de facto, porque desligar para viver, está diretamente relacionado com liga-te à política e com a possibilidade de a participação política começar nos mais jovens, é totalmente compatível. Nós podemos desligar para viver e

substituir esses momentos com a segunda proposta que foi aqui apresentada e com a terceira proposta também que é mais transversal e que fala de dependências de uma forma mais global.

Eu acho que, por um lado, vocês estão totalmente, ninguém esperava o contrário, estão totalmente sintonizados com as necessidades deste tempo e da vossa geração, da vossa faixa etária, que vocês percebem melhor do que ninguém, as necessidades que os mais jovens têm. As pessoas da minha idade que já são menos jovens, têm a obrigação de saber ouvir, de saber ouvir, de saber interpretar e de saber aproveitar e aplicar na prática aquilo que são as ideias trazidas hoje pelos jovens dos três agrupamentos de ensino que estão connosco nesta sessão e que estiveram no Parlamento na Assembleia Municipal jovem. Mas acho que é muito importante, para além da proposta que apresentam do aproveitamento que ela possa ter aquilo que foi aqui dito, também penso que foi pelo Jesus, que tem que ver com a reflexão e com o sentido crítico que nós precisamos, nós todos, a sociedade toda precisa, que os jovens tenham. E por isso é que eu quero deixar este apelo final, de que vocês continuem a participar dessa forma, mas continuem sobretudo, a participar, dando esse bom exemplo, porque é com bons exemplos que nós conseguimos atrair pessoas, seja para a atividade política, seja para qualquer outra atividade, portanto, esse bom exemplo que vocês dão hoje é uma garantia de futuro, penso eu e sinto que é uma garantia de futuro para a Póvoa de Lanhoso, para todos nós que estamos aqui hoje mandatados e eleitos, porque daqui a dez, vinte, trinta anos ou mais cedo, até alguns de vocês poderão estar aqui como deputados municipais, como vereadores, como Presidente da Assembleia Municipal ou como Presidente de Câmara até, e é isso que eu desejo, que vocês estejam preparados para esses desafios do futuro e oxalá nós possamos, neste tempo de dar um contributo para que esse tempo chegue e que vocês tenham condições para ter um bom desempenho. Muito obrigado.”

Seguidamente, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, deu por terminado o período de intervenção dos jovens municipais, colocando à votação do plenário as três moções apresentadas, separadamente, e informou que foram as três aprovadas por unanimidade.

Posto isto, despediu-se dos jovens, agradecendo a sua participação e as suas propostas e passou de imediato ao período antes da ordem do dia, concedendo a palavra ao deputado do CDS-PP, Pedro Afonso.

Interveio o deputado Pedro Afonso, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Antes de mais, gostaria de aqui ver clarificada uma situação que nos foi dada a conhecer na última conferência de líderes. Senhor Presidente, foi-nos inicialmente transmitido pelo senhor Presidente da Assembleia Municipal, que o senhor Presidente de

Câmara prescindiria da realização da Assembleia Municipal de setembro, que, de imediato, levou a questionar os presentes como iríamos fazer com o PDM, questão que na altura ficou sem resposta. Um ou dois dias depois fui informado por outro membro da conferência de líderes, a pedido do senhor Presidente da Assembleia que, eventualmente, já não seria bem assim e que, se calhar, iríamos realizar a Assembleia ordinária de setembro, conforme o previsto. A questão é simples que lhe coloco, senhor Presidente, vamos ter assembleia em setembro ou não?

Outra questão pertinente para os povoenses, para além dos cheiros da Braval, é o estado de limpeza em que se encontram bastantes passeios da vila desde a envolvente da Câmara Municipal, da Avenida da República, da Rua Capitão Tinoco de Faria, da Avenida 25 de Abril, até mesmo o passei aqui à nossa frente na escola António Lopes e seguramente outras artérias mais, presumo que ultimamente não se tenha deslocado a pé nestas artérias. Se o fizer, irá facilmente perceber que os passeios pura e simplesmente colam ao calçado ao caminharmos sobre eles e no caso dos estacionamento, os carros ficam irreconhecíveis em poucos minutos. Sabe porquê, senhor Presidente? Porque as nossas árvores estão carregadinhas de infestantes como os afídios mais conhecidos como pulgões, ou piolhos das plantas que se alimentam da sua seiva e que, como consequência desse processo, deixam como excremento, o melão que nos cola aos passeios e nos dá cabo dos carros. Já uma vez aqui alertei para passeios que colavam, mas à data, a responsabilidade da situação era da Braval que não tinha colhido o lixo dentro da periodicidade normal. Pois bem, nesta situação, a responsabilidade é inteiramente da Câmara Municipal. Assim sendo, peço-lhe encarecidamente se digne ordenar a lavagem dos passeios e a desinfestação das árvores, os turistas, os povoenses residentes e, sobretudo, os nossos emigrantes que agora regressam a casa, ficarão muito gratos. Estamos no verão, é época de maior fruição do espaço público e a limpeza dos passeios é uma questão de salubridade e de saúde pública já para não falar de imagem, e já agora ao mandar realizar as tarefas anteriores, aproveite e mande também desinfetar os locais de deposição do lixo, como é mais uma vez, uma questão de saúde pública.

Uma outra nota de preocupação tem a ver com a limpeza das vias, não é sensato iniciar trabalhos de limpeza às sete da manhã de um domingo na Avenida 25 de Abril, com os sopradores a gasolina a acordarem quem ainda está a descansar, facto que se repetiu dias depois no feriado, desta feita na Rua Comandante Luís Pinto da Silva. Em ambos os casos em clara violação do regulamento Geral do Ruído que impõe o início de atividades ruidosas a partir das oito da manhã para os dias úteis e inibe qualquer atividade ruidosa aos fins-de-semana e feriados. Fica a sugestão, diligenciar junto dos responsáveis dos serviços que atentem aos horários e ao cumprimento da lei. E se por uma questão de logística ou facilidade de execução se for o melhor horário, que acredito que seja por aí, então substituir os equipamentos a gasolina por equipamentos elétricos, menos ruidosos, e assim estará tudo bem e dentro da legalidade. Muito obrigado.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra à deputada do GP do PSD, Sónia Fernandes.

Interveio a deputada Sónia Fernandes, cumprimentou todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Endereço precisamente uma palavra de apreço às povoenses e aos povoenses, é com grande alegria e orgulho que me dirige hoje a todos para parabenizar e enaltecer o exercício da democracia que os povoenses demonstraram. Se votar é a melhor forma de exercermos a democracia, como de facto, é a adesão de tantos povoenses votantes nas últimas eleições legislativas, é um exemplo vivo do nosso compromisso cívico e do valor que damos à participação democrática e é esta participação democrática, o voto de cada um que fortalece a comunidade e reafirma a importância de todos estarmos presentes na construção do nosso futuro, um futuro em prol do bem-estar dos povoenses.

Por outro lado, o sentido de voto que foi expresso no concelho da Póvoa de Lanhoso, precisamente pelos povoenses, ajudou a eleger-me como deputada à Assembleia da República, nesta décima sétima legislatura da Terceira República Portuguesa e, por isso, quero também aproveitar este momento para agradecer a cada um de vós. Agradeço pela confiança, pelo apoio, pelo esforço de todos aqueles que participaram nestas últimas eleições legislativas. Graças a vós tive e tenho a honra de ser eleita à Assembleia da República e esta é uma conquista que é de todos nós e é, também, uma responsabilidade que assumo com dedicação e compromisso de trabalhar para o bem-estar do nosso concelho e do nosso país. Muito obrigada por acreditarem em mim, todos fazemos parte desta caminhada e, por isso, não posso deixar de reiterar aquilo que sempre disse. Que estou ao vosso dispor na busca de soluções para as dificuldades, para os problemas, estou ao vosso dispor, abordem-me, estou aqui para vos ouvir, façam-no da forma que melhor entenderem, seja mais formalmente ou informalmente, onde se entenderem com mais recato, como todos sabem, a Câmara Municipal tem disponível o gabinete de apoio para precisamente poder receber os munícipes que assim o entendam e, portanto, virem conversar e expor as suas necessidades.

Posto isto dizer que agradeço, muito obrigada a todos, juntos vamos construir, com certeza, um futuro melhor para a Póvoa de Lanhoso e para Portugal.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao deputado do GP do PSD, Augusto Freitas.

Interveio o deputado Augusto Freitas, cumprimentou todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Presidente da Assembleia Municipal da Póvoa de Lanhoso, doutor António Manuel Marques de Queirós Pereira (meu amigo de longa data e relembro a V. Ex.^a as viagens de comboio no “Alfa Pendular” que fizemos de Lisboa até Braga contando as nossas histórias de vida).

Uma boa noite de trabalho autárquico nesta digníssima Assembleia Municipal.

Este desejo serve também para saudar e cumprimentar todos os presentes e ausentes, através de V. Ex.^a.

Presidente da Câmara Municipal da Póvoa de Lanhoso, licenciado Frederico Castro.

Uma saudação muito especial aos elementos da Comunicação Social aqui presentes e aos ouvintes que estão a usufruir, em direto, as nossas mensagens através da rádio e da TV.

Par não haver dúvidas futuras sobre os meus conhecimentos académicos e científicos, deixo a V. Ex.^a o meu currículo que foi revisto e provado em Tribunal Administrativo e Fiscal de Braga.

Começa, agora, o meu tempo de intervenção ou de antena nesta digníssima Assembleia Municipal da Póvoa de Lanhoso.

1º Capítulo

Neste ponto, antes da ordem do dia, falarei sobre aquilo que o executivo camarário (Presidente e Vereadores a tempo inteiro), não produziu e prometeu ao longo do seu mandato autárquico nos assuntos de índole social, nas suas políticas de proximidade bem como nas suas atitudes perante a população do concelho da Póvoa de Lanhoso.

Alguém me dizia que nenhuma sociedade se pode considerar verdadeiramente desenvolvida se não colocar em prática uma política de desenvolvimento social que garanta uma maior coesão social e assegure o desenvolvimento sustentado.

Gosto de escrever através da poesia pura, prosa e verso, quadras como escrevia António Aleixo, célebre escritor e poeta de Portugal, e como tal vou ler a minha cábula contendo singelos pensamentos sobre as grandes obras programadas e não realizadas por esta autarquia.

PLANO DIRETOR MUNICIPAL

Fomos militar e também professor

Ligados sempre a essa mesma dor

Fomos emigrante e Herói de Portugal

E ladrão de amores neste País ideal

Há vinte e nove freguesias floridas

Lindas e Graciosas como as flores

Feitas com carinhos e com dores

São livres, encantadoras e coloridas

*Os jovens precisam de novos lares
Para aí se fazer o seu próprio ninho
O Plano Diretor Municipal é urgente
Para os grandes sonhos dessa gente*

*A atual autarquia disse nem certo dia
Que o Plano Diretor Municipal chegaria
Veja as lágrimas da cotovia, como está
Já passaram-se 4 longos anos. Nada há!*

A CINTURA INTERNA “DA CIDADE DA PÓVOA DE LANHOSO”

*Passados este 4 anos corridos
Vejo tontos e pombos perdidos
A lamber feridas no rio ou lago
É o desgosto. Não lhes foi pago*

*Prometer e sonhar, para alguém
Não fica mal do amigo sem vintém
Os vigaristas do dinheiro, existem
Ao viverem das obras que não têm*

*É uma promessa que não foi feita
Para as gentes dessa linha eleita
À Maria da Fonte tudo se promete
Como ela está morta, nada sente*

*Vamos aguardar por novo mandato
Já chega de palavreado tão barato
A ver se a cintura interna fica pronta
A Póvoa de Lanhoso Já pagou a conta*

AS ETARES PARA O BAIXO CONCELHO (estação de tratamento das águas residuais)

*Neste ofício para bem pensar
Vamos refletir e depois rezar
O Baixo Concelho já tem ETAR?
Andam sempre a nos enganar*

*A Europa já deu muitos milhões
Destes milhões já nem há tostões*

*Gostaram-nos para outras obras
Onde estão escondidos os “cobras”?*

*A terra está contaminada de dejetos
Desde sempre e mesmo até agora
A gente aguarda os políticos certos
Para acabar com esta triste demora*

A VIDA DOS VIRA CASACOS

*Esta terra tem homens ingratos
Alguns são decerto vira casacos
Tentam enganar alguns incautos
O povo sabe. Eles são “macacos”*

*Vão por outro partido, nas suas listas
Dizem a sério que são independentes
É possível enganar as nossas mentes
Que lutam, que votam e são realistas?*

*A vergonha para essa cruel gente
Não sabem o que é independente
Decerto não sabem, nem vão saber
É andar na escola, ler e a aprender*

*O homem que presta vassalagem
É indigno de ser, como nós, gente
A verdade e a mentira dessa listagem
O 25 de Abril de 1974 é uma miragem*

*Os políticos da nossa autarquia sabem
Que o seu poder é frágil e é passageiro
Prometem aos jovens um bonito mundo
A realidade é que a bolsa não tem fundo. (Augusto Freitas/Junho/2025)*

Alguém, neste concelho, fez tudo pela Póvoa de Lanhoso durante vários anos e o que recebeu em troca? Nada, nada é nada desta autarquia. Aqui está a ingratidão daqueles que dizem, em letras garrafais: “Fazer Bem” ou “Fazer o Bem”, são coisas distintas. Para nós, a Câmara Municipal a não reconhecer aquilo que os nossos concidadãos fazem para o bem das suas gentes, enaltecendo os seus predicados, isso é fazer mal!

Para terminar aqui está uma mensagem de dizer “coisas”, de outra maneira. É preciso sempre inovar a fazer política.

O professor Augusto Oliveira Freitas termina e diz a todos vós: Obrigado.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao Presidente da Câmara para resposta.

Interveio o Presidente da Câmara, Frederico Castro, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Vou começar por responder ao deputado Pedro Afonso, bom, relativamente ao tema da desinfeção, ela tem sido feita semanalmente. Os nossos serviços são instruídos e estão a executar essa desinfeção semanalmente, é verdade que as condições climáticas criaram um contexto em que as consequências se agravaram por assim dizer, tivemos essa informação ainda hoje, portanto, isso requer da parte dos nossos serviços um acompanhamento diferente, sendo certo que não resolve tudo e, por exemplo, em relação aos passeios e a limpeza que referiu que eu interpretei que tivesse a ver com algumas ervas aqui ou ali, nós não podemos usar herbicidas, interpretei que tivesse a ver com isso, se tivesse a ver com isso, nós não podemos usar herbicidas como sabem, nós temos que agir manualmente nesses casos e, portanto, relativamente a esse aspeto, penso que está esclarecido.

Sobre o ruído que provocam algumas limpezas, de facto, alguém disse há bocadinho que é preso por ter cão e preso por não ter, e é verdade, porque se nós fizéssemos limpeza depois das oito horas, aqui d'el rei que a Câmara Municipal deixava prolongar o horário e não tinha o espaço público em boas condições, se o fazemos demasiado cedo, eventualmente, estamos a fazê-lo causando algum incómodo, e nós vamos tentar não causar esse incómodo, eu agradeço as suas recomendações, elas estão registadas.

A deputada Sónia Fernandes, eu quero em primeiro lugar, dar-lhe os parabéns pela sua eleição, desejar-lhe um bom mandato, e eu já estive com esses sapatos calçados e sei bem o que é ser recentemente eleito, ser recém-eleito na Assembleia da República, é uma nova vida, é toda uma nova realidade. Eu queria realçar uma parte da sua intervenção relativamente à sua disponibilidade e dizer-lhe que, da parte da autarquia, nós também registamos essa disponibilidade e estabeleceremos o contacto consigo sempre que entendermos que seja necessário em prol do bem da Póvoa de Lanhoso, da mesma forma que quero, também, publicamente dizer-lhe que considere-se à vontade para estabelecer connosco a relação que entender necessária para trabalharmos em prol do concelho e dos habitantes do nosso concelho e, portanto, devolvo a simpatia e espero que possamos fazer um trabalho profícuo em conjunto.

O, eu ia dizer poeta, mas o deputado Augusto Freitas trouxe-nos aqui umas quadras interessantes. As suas quadras viveram melhores dias, confesso, mas há uma em particular que eu registei e que refere os vira-casacas, os vira-casacas. Bom, eu não sei

em concreto ao que se refere, mas recordo-me de um momento deste mandato que leva já três anos e meio em que vossa excelência tentou filiar-se como militante do Partido Socialista e, portanto, se refere a esse momento, queria deixar registado, senhor Presidente, que, em boa hora, o Partido Socialista recusou essa filiação. Muito obrigado.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao deputado do GP do PSD, Augusto Freitas.

Interveio o deputado, Augusto Freitas, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Eu queria dizer ao senhor Presidente da Câmara várias coisas e aproveito este momento para dizer ao senhor Presidente da Câmara várias verdades e várias certezas. Eu trabalho nestas gentes da Póvoa de Lanhoso já há dezenas de anos. É verdade que eu sou uma pessoa do centro esquerda, mas isso não há dúvidas, sempre fui e vou continuar a ser.

Eu não vou entrar naquilo que o senhor Presidente da Câmara disse agora, mas vou-lhe dizer aqui outras verdades para que esta Assembleia, saiba daquilo que tem feito a esta pessoa, a minha identidade e apego às causas sociais das gentes do Concelho da Póvoa de Lanhoso, são claras e objetivas, senão vejamos, foi autarca e foi Presidente da Junta de freguesia, concorreu ao executivo camarário e não ganhou a autarquia pela diferença de cento e poucos votos em vinte e nove freguesias, doou as suas gratificações como autarca à sua freguesia para comprar os terrenos para se construir o complexo desportivo, criou um grupo desportivo sendo como tal sócio fundador, ainda é Presidente da Comissão de Geminação entre a Póvoa de Lanhoso e Neuve Maison, Nancy França, é o primeiro protagonista do monumento dos Antigos Combatentes do concelho da Póvoa de Lanhoso e não como a atual Câmara Municipal da Póvoa de Lanhoso diz, o senhor César Malainho, o senhor Machado e o senhor Carvalho foram os principais obreiros, quando estes chegaram depois de mim, devem lembrar-se sempre do nosso querido e amigo Manuel José Torcato Baptista, decerto que sem ele não havia tão cedo um monumento para os que tombaram na defesa da pátria de Portugal. Deu milhares de consultas clínicas graciosamente às gentes da Póvoa de Lanhoso, no que concerne à violência doméstica enviados à associação em que eu sou o Presidente Nacional e sou, também, o diretor clínico, e o que é que a Câmara Municipal da Póvoa de Lanhoso fez até hoje comigo? Nada. Quanto é que ganhou a Câmara Municipal da Póvoa de Lanhoso? Muitos milhares de euros.

É perguntar à senhora Vereadora, é perguntar à responsável do SIGO, aquilo que eu tenho feito pelas gentes da Póvoa de Lanhoso. Já escreveu mais de catorze livros que estão mencionados na Biblioteca Pública Nacional em Lisboa, contendo poesia pura, eu sei que sou também escritor e também sou poeta, não é preciso dizer que o senhor diz

que não sabe, o senhor sabe muito bem, eu já lhe ofereci vários livros. Depois foi docente, agora professor na sua aposentação, na Escola Básica Professor Gonçalo Sampaio e na Escola Secundária da Póvoa de Lanhoso. Fez programas da sua inteira responsabilidade na Rádio Castelo, foi Presidente da secção de atletismo do clube Maria da Fonte, recebeu uma condecoração no tempo do Presidente camarário João Tinoco de Faria como reconhecimento por ter sido autarca, quero aqui afirmar que este Presidente da Câmara foi um dos melhores Presidente da Câmara desde sempre. Durante dez anos, deu consultas clínicas no consultório do Dr. Vicente Silva, sito na Rua Elvira Câmara Lopes, ao lado da sede concelhia do Partido Socialista.

Pergunto a Vossa Excelência, o que esta Câmara Municipal fez publicamente a este autarca pelo serviço prestado à gente da Póvoa de Lanhoso, e eu respondo nada. Muito obrigado.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao Presidente da Câmara para resposta.

Interveio o Presidente da Câmara, Frederico Castro, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Só para esclarecer que eu não disse em nenhum momento da minha intervenção que desconhecia ou que não sabia que vossa excelência era escritor, ainda bem que as assembleias municipais são filmadas e são gravadas. Eu não disse isso em nenhum momento, nem disse que desconhecia os méritos de vossa excelência, aliás, seria difícil não os conhecer tão repetidos que têm sido ao longo do tempo e, portanto, sempre que existe, de facto, essa oportunidade, eu entendo que, de facto, o município deve reconhecer o contributo que os ex-autarcas possam dar ao longo do tempo, acho estranhamente curioso que essa sua preocupação exista desde dois mil e vinte e um, sendo eu Presidente de Câmara há três anos e meio, quando os seus méritos enquanto autarca remontam à década de oitenta, portanto, há um certo desfasamento temporal, mas respeito a sua opinião e entendo que um dia o município lhe fará certamente justiça.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao deputado do CDS-PP, Pedro Afonso, para pedidos de esclarecimentos.

Interveio o deputado Pedro Afonso, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“É só mesmo para clarificar o Senhor Presidente que, quando me referia à limpeza dos passeios, estava a referir precisamente aos locais onde existe o melaço provocado pelas árvores, e aquilo é melaço e presumo que possa ser simplesmente lavado com água e seguramente melhorar o estado de conservação e de fruição dos próprios passeios.”

Seguidamente, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, verificou que não existiam mais pedidos de intervenção e deu por terminado o PAOD. Passou ao Período de Intervenção do Presidentes de Junta, informou que a mesa recebeu uma inscrição e concedeu a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Monsul, José manuel Tinoco.

Interveio o Presidente da Junta de Monsul, José Manuel Tinoco, cumprimentou todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“O motivo que me traz aqui hoje a este púlpito é as festas de S. Tiago e Sta. Luzia, ninguém estava à espera que viesse cá falar de mais nada, portanto, quero a todos desde já, em primeira mão, convidar o senhor Presidente da Assembleia e o senhor Presidente da Câmara, os senhores vereadores dos dois partidos, aqui o senhor Filipe de Covelas, uma vez que faz parte também de uma bancada e o senhor Eng.º Pedro Afonso, a participarem nas partes mais importantes que será o hastear da bandeira e a procissão do dia 25 à tarde, às cinco horas.

Está toda a gente convidada para essa cerimónia. As festas, como sabem, decorrem de 23 a 27 de julho, começam precisamente numa quarta-feira à noite com a festa religiosa, com a procissão de velas. Depois no dia 24, vamos ter como toda a gente já sabe, já foi apresentado, fizemos uma apresentação pública na praça onde já agradeço a quem esteve presente nessa cerimónia, muito obrigado, temos então a artista Ana Malhoa nesse dia e para que ninguém se esqueça temos a grande sessão de fogo do costume, penso que melhor um bocado, se o tempo o permitir, mas com a ajuda de aqui do nosso vereador, acho que vamos conseguir, porque ele vai rezar para que a gente consiga por aí um fogo bom, porque essa parte é a parte mais interessante da festa, as outras são mas essa é uma das melhores.

Continuamos assim nesse dia com os DJ's ao fim, no dia 25 temos então o hastear da bandeira às dez horas para que fique já bem avisado, senhor Presidente, para chegar mesmo a tempo, o senhor Presidente e o resto do pessoal das bancadas, depois temos a feira do gado, o concurso do gado, e de tarde vai ser a procissão, como já sabem, concurso de melões, também, para o senhor Presidente, para quem for ao lanche, estão todos convidados para o lanche. Os da procissão, não vai toda a gente na procissão, senão a banda fica muito longe e depois, não se ouve.

E então depois no final, à noite vamos ter o artista, o Toy, também, para alegrar as nossas festas e no final mais dois DJ's a seguir a isso e mais fogo, está bom assim? No sábado temos a noite da Juventude onde vai estar nessa noite, o tributo A. Variações, vamos ter o Dj Pette e o Dj Vercetti, é assim não é cunha, ele é por ser meu cunhado, mas pronto, e depois os meninos do Rio para terminar a noitada. No domingo, as festas vão continuar com o encontro de concertinas, os ranchos folclóricos e acaba numa sardinhada assada que também está toda a gente convidada, porque sardinhas de certeza que vai haver.

Portanto, muito obrigado por me estarem aqui a ouvir. Acho que não fui muito chato, já vou-me embora e mais uma vez, agradeço a todos a vossa presença nas festas de São Tiago e Santa Luzia. Muito obrigado.”

Seguidamente, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, passou de imediato ao POD. **Ponto Um: Análise da atividade do Município e sua situação financeira, conforme disposto na alínea c) do n.º 2 do artigo 4.º do Regimento da Assembleia Municipal.** E concedeu a palavra à Câmara Municipal para apresentação do ponto.

Interveio o Vereador, Ricardo Alves, cumprimentou todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“O período em causa diz respeito a perto de dois meses de atividade, já que a anterior sessão ordinária do presente mandato decorreu no passado dia 28 de abril de 2025.

No que diz respeito à educação, serviços sociais e saúde, de forma a assegurar um ensino de qualidade e novas aprendizagens, deu-se continuidade às medidas e projetos abaixo explanados o regime escolar financiado pelo IFAP é o programa que engloba a distribuição de leite e fruta ao pré-escolar e primeiro ciclo. O leite é distribuído diariamente junto do pré-escolar e do primeiro ciclo já a fruta é distribuída duas vezes por semana às crianças do primeiro ciclo, e uma vez por semana no pré-escolar.

No programa viver +, neste programa ocupacional, no período em análise foram apresentadas 36 candidaturas e integrados 24 candidatos.

De abril a junho de 2025, foram entregues 23 candidaturas ao programa NaturaLanhoso que correspondem a um investimento de quinze mil e setecentos euros.

Foi lançada também no mês de maio, a terceira edição da Newsletter da Educação. No dia 6 de junho, realizou-se a palestra "como proteger os nossos filhos dos perigos da Internet", a sessão de sensibilização foi avaliada positivamente por todos os participantes.

Para assinalar o Dia Mundial da Criança, a Comissão do Centenário do Sport Clube Maria da Fonte, o agrupamento de Escolas Gonçalo Sampaio e o município, proporcionaram no campo dos moinhos novos, um dia diferente, cheio de alegria, jogos e memórias inesquecíveis para os mais novos.

As várias ações integradas na operação PovoARTE educa encontram-se a ser dinamizadas nos agrupamentos de escolas e na EPAVE.

Continua o acompanhamento e supervisão dos projetos intermunicipais Hypatiamat, Plataforma + Cidadania e UBUNTU.

O município mantém uma colaboração ativa e estreita com os agrupamentos de escolas, desempenhando um papel fundamental na receção e acompanhamento dos estudantes envolvidos no projeto Erasmus +.

No âmbito da rede portuguesa de Cidades educadoras, as crianças do Agrupamento de Escolas da Póvoa Lanhoso, da Em Diálogo e da Comissão de Melhoramentos de Santo Emilião, participaram na celebração do Dia Internacional do Brincar.

Decorreu no dia 30 de abril, a segunda edição da Assembleia Municipal Jovem iniciativa promovida a partir da Assembleia Municipal, em colaboração com os agrupamentos de escolas e com a EPAVE. Este espaço de diálogo e participação cívica procurou incentivar o envolvimento dos mais jovens na vida política e social do concelho, promovendo o debate de ideias e partilha de preocupações e a construção de soluções em conjunto.

No dia três de junho, recebemos nos Paços de Concelho três turmas do sexto ano da Escola Básica do Ave, acompanhadas por docentes que se inteiraram sobre os órgãos do poder local, seu funcionamento e composição, muito especificamente na Póvoa de Lanhoso.

Encontra-se a ser finalizado o relatório de diagnóstico de leitura local que serviu para identificar e caracterizar os hábitos de leitura da população da Póvoa de Lanhoso, assinalar as suas necessidades em termos de literacia e com base nessa informação, desenvolver um plano local de leitura mais eficaz e direcionado.

Atividades de animação e apoio à família, de forma a controlar e supervisionar o serviço de prolongamento de horário, foram realizadas visitas de acompanhamento que tiveram como principal objetivo a melhoria contínua dos serviços prestados pelas instituições.

Ao longo do presente ano letivo, as atividades de enriquecimento curricular contaram com uma oferta mais abrangente, tendo em vista um alargamento da oferta de modo a abraçar várias vertentes e necessidades contabilizando-se a participação em quatrocentos e oitenta e um alunos.

Intervenções nos estabelecimentos de ensino. O município tem, como sabem, à sua responsabilidade, a gestão e manutenção dos equipamentos escolares que é executada através da articulação com os estabelecimentos de ensino, para a criação e manutenção de melhores condições para a comunidade escolar. Realizámos várias intervenções de manutenção em diversos estabelecimentos de ensino do concelho.

A gestão da plataforma SIGA é constante, já que esta assiste informaticamente todo o processo relacionado com a frequência dos alunos nos diversos serviços. Nesta é tratada a informação de todos os alunos do ensino pré-escolar, do ensino público e primeiro, segundo e terceiro ciclos do ensino básico, ensino secundário e profissional do concelho, sendo realizados inúmeros procedimentos de acordo com as solicitações dos encarregados de educação. De referir ainda que, durante este período, o município foi equipando as escolas com material mobiliário, recursos informáticos e digitais.

No âmbito da nutrição e alimentação. Durante o período em análise, foram realizadas oito visitas aos refeitórios escolares com o propósito de acompanhar e avaliar a qualidade do serviço prestado pelas empresas e associações responsáveis pelo fornecimento das refeições escolares.

No que se refere ao Núcleo local de Inserção, destacamos o trabalho desenvolvido pela equipa de Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social, no que respeita ou acompanhamento de famílias através de visitas domiciliárias, atendimentos sociais, negociação de contratos de inserção e acordos de inserção social. Através da Eco loja Social, apoiamos onze famílias com a atribuição de cabazes mensais.

No que se refere aos serviços sociais que funcionam na casa da Botica registámos uma afluência de duzentos e trinta e duas pessoas, assim como oitenta e cinco atendimentos. Continuamos a trabalhar para a população sénior, sobretudo através dos centros de convívio, mas também de outras entidades parceiras. Encontramo-nos a preparar a abertura do centro de convívio de Taíde. Durante o período a que se reporta esta informação, foram diversas as atividades realizadas para além das propostas regulares, destacamos a preparação e participação no terceiro desfile das marchas populares Terra de Lanhoso, no dia vinte e um de junho.

No concelho da Póvoa Lanhoso vivem, à luz dos Censos 2021, quatro mil oitocentos e setenta e seis pessoas com mais de sessenta e cinco anos, deste número, sabe-se que mil quatrocentas e catorze pessoas vivem sozinhas. Por este motivo, formou-se a equipa aproximar, constituída por uma educadora social, uma nutricionista, psicóloga e terapeuta ocupacional. Os objetivos gerais do projeto Bem-Me-Quer, que são cuidar das pessoas idosas e do seu isolamento, melhorar a sua autonomia, aumentar a participação comunitária e a inclusão através de iniciativas locais, melhorar a longevidade das pessoas idosas, participantes com qualidade e prossecução da ação projeto designado como serviço de teleassistência, prevista no Plano de Ação do Plano de Desenvolvimento Social para a Póvoa de Lanhoso.

No dia seis de Junho realizou-se o primeiro seminário Radar Social, combater a pobreza, uma prioridade social. Este evento reuniu especialistas, instituições e comunidade para lançar um debate essencial, como podemos juntos mitigar a pobreza através das estratégias locais eficazes.

O município vai voltar a beneficiar do contrato local de desenvolvimento social. Agora na sua quinta geração CLDS 5G, sendo este um instrumento de intervenção que visa responder a problemáticas como o desemprego e a exclusão social. O projeto CLDS 5G Lanhoso, tem como entidade coordenadora o município da Póvoa de Lanhoso, é financiado por Fundos Estruturais em conformidade com a legislação nacional, e Europeia, designadamente pelo Fundo Social Europeu.

No que respeita às famílias, o gabinete de apoio à parentalidade do município realizou no período em análise, dezanove atendimentos individualizados. Da atividade desenvolvida destaca-se ainda a preparação e dinamização da quarta edição do brincar em família, integrado na primeira Bienal da Saúde. Está finalizado o grupo de formação parental do âmbito do programa "mais família - mais jovem" dirigido a pais e mães de jovens dos onze aos dezoito anos do Agrupamento de Escolas da Póvoa de Lanhoso. No dia três junho, acolhemos no concelho uma sessão de formação presencial dos

psicólogos da rede de psicólogos escolares da CIM do Ave, no âmbito do programa "Janus" de apoio à intervenção destes profissionais. Esta sessão foi dinamizada pela docente e investigadora da Escola de Psicologia da Universidade do Minho, consultora da Rede de Psicólogos, Maria do Céu Taveira.

Encontramo-nos a elaborar a Carta Municipal de Habitação. Segundo a Lei de Bases da Habitação, a Carta Municipal é um instrumento municipal de Planeamento e Ordenamento territorial em matéria de habitação, a articular no quadro do Plano Diretor Municipal com os restantes instrumentos de gestão do território e demais estratégias aprovadas ou previstas para o território municipal.

No que se refere ao programa 1º direito, encontra-se em fase de execução as seguintes obras, construção de 38 fogos no Bobeiro; reabilitação das 3 habitações de Oliveira e das 7 de Fontarcada. Encontra-se também a decorrer o concurso da empreitada para construção de 26 fogos em Mossul. Finalmente, é de referir que, no período em análise, foram ainda realizados quarenta e quatro atendimentos que sinalizam carências habitacionais reencaminhados em alguns casos, por outros serviços do município. No âmbito do Balcão de Habitação e energia, registámos vinte cinco atendimentos.

Na área da saúde, no dia seis de maio deu-se a assinatura formal de um Protocolo de cooperação entre o município e a Associação de Apoio aos Deficientes Visuais do distrito de Braga e a Unidade Local de Saúde de Braga, alinhando com as diretrizes firmadas em acordo anterior entre o município e a ULS Braga, representando o desdobramento da ação conducente à criação de condições para a entrada em funcionamento de um polo de atividades sócio ocupacionais e de reabilitação na comunidade. De quinze a dezassete de Maio, acolhemos a primeira Bienal da Saúde desenvolvido em torno da temática, "a família e a saúde, desafios e oportunidades". A primeira bienal da Saúde permitiu refletir sobre o impacto das políticas públicas na saúde da população, promovendo o diálogo interdisciplinar e a consciência pública sobre a importância da saúde e do bem-estar no seio familiar, valorizando o papel da família como pilar da saúde física, mental, emocional e social dos indivíduos em todas as fases da vida.

O dia Internacional da família foi dedicado à família como o pilar da saúde física e mental. Integrou o seminário de abertura, tendo-se abordado a visão dos municípios no domínio da transferência de competências suas exigências e impactos, das ULS como resposta eficiente e coordenada às necessidades das famílias, da Academia, estudando o impacto das políticas públicas na saúde da população, através de organização dos serviços de saúde.

Durante o período em análise, continuamos a preparar a implementação do programa comunitário de exercício físico para pessoas com diabetes tipo dois, conhecido por diabetes em movimento, numa parceria entre a Câmara Municipal e a Unidade Local de Saúde de Braga. Ao abrigo do processo de transferências na saúde foram registadas quinze ocorrências. No domínio da saúde mental, continuam a ser realizadas sessões de acompanhamento psicológico a crianças, adultos e pessoas idosas, encaminhadas por

diferentes entidades em serviços da comunidade, tendo sido concretizadas no período em análise, cento e catorze consultas de psicologia clínica.

No que se refere ao gabinete de apoio ao cuidador informal, no período em análise, foram realizados quatro atendimentos para informação e orientação para instrução do processo ao estatuto do cuidador informal, subsídio de apoio ao cuidador informal e regime do maior acompanhado.

Já se encontra em pleno funcionamento o CLAIM, Centro Local de apoio à integração de migrantes nos serviços do Balcão único da Câmara Municipal. Esta resposta teve início em fevereiro e até meados de Junho, já tinham sido realizados trinta e cinco atendimentos para pedidos de agendamento, informação, esclarecimentos e apoio da integração da comunidade, tendo sido todos eles devidamente encaminhados para os serviços competentes.

No âmbito do trabalho executado através do SIGO, serviço Municipal para a Igualdade de Género e de oportunidades, destacamos a realização de cinquenta e cinco atendimentos a vítimas de violência doméstica. Foram ainda abertos dezassete novos projetos.

No que diz respeito à juventude e desporto, entre os dias dois e nove de maio, vinte e três jovens povoenses candidataram-se para participar na iniciativa Verão no Campus. Esta é uma atividade promovida pela Universidade do Minho que conta com a colaboração da autarquia no transporte das pessoas participantes. A partir da equipa do espaço jovem, continua a ser desenvolvido o juventude em movimento nos meses de maio e de junho, recebemos trinta e sete candidaturas. Iremos promover mais uma edição do programa OTL, ocupação de tempos livres, no período de interrupção letiva de verão, o programa OTL é dinamizado em colaboração com uma rede concelhia de entidades parceiras. No dia dezassete de Junho, recebemos em Vila Nova de Poiares a bandeira de município amigo do Desporto atribuído pela cidade social. Pelo sétimo ano consecutivo, renovamos esta distinção, o que evidência a aposta no apoio à formação, na melhoria das condições para a prática desportiva, na promoção da diversificação das modalidades desportivas e ainda no acesso à atividade desportiva por todas as franjas da população.

No capítulo da melhoria das infraestruturas desportivas, procedemos a diversas intervenções que visaram dotar a comunidade de melhores condições para a prática desportiva, assim como a melhor eficiência energética dos recintos. Estamos a substituir a totalidade do relvado sintético do campo de jogos do grupo desportivo de Porto D'Ave, modernizamos o sistema de iluminação do Pavilhão Desportivo da Escola Secundária, passando a dispor de uma solução totalmente nova de iluminação de última geração, tipo LED que é energeticamente 20% mais eficiente do que a anterior e tecnologicamente mais avançada. A aquisição deste equipamento representa um investimento de aproximadamente treze mil euros, sendo que os trabalhos de montagem e instalação foram totalmente executados pela equipa de serviços elétricos

do município. Fizemos também a total requalificação do campo de futebol do Pontido, para além da substituição integral do piso, relvado sintético, possamos também à reativação do sistema de rega desse mesmo recinto.

No que diz respeito aos eventos desportivos, no dia sete de junho, realizámos mais uma Urban Fit Race "Assalto ao Castelo", com aproximadamente mil participantes. Nos dias trinta e um de maio e um de junho, organizamos mais uma edição do Gold Cup, este torneio de futebol infantil realizado pelo município em parceria com o Fintas Academia, contou com o apoio do Sport Clube Maria da Fonte, o Grupo Desportivo de Porto D'Ave, o Emilianos FC e o AC Serzedelo, participaram cerca de seiscentos atletas de vinte e uma equipas.

Continuamos a apoiar as comemorações do centenário do Sport Clube Maria da Fonte, sendo de destacar no período em análise as comemorações do Dia da Criança, como já foi referido anteriormente, o circuito do centenário do ciclismo com veteranos do ciclismo nacional, e o torneio do centenário nas categorias de Sub-17 e Sub-19, lembramos que a autarquia associa-se ao Sport Clube Maria da Fonte nas celebrações do Centenário que decorrem até ao final do ano de 2025. No dia dezassete de maio a Póvoa de Lanhoso acolheu as finais da Taça da Associação de Voleibol de Braga nas categorias de infantis Femininos, juniores femininos e juvenis masculino. No dia vinte cinco, recebemos também a final four de voleibol na categoria de juvenis femininos que decorreu no pavilhão da Escola Secundária.

No que diz respeito à coesão territorial, dando continuidade à descentralização do trabalho dos órgãos municipais. Realizou-se a reunião de câmara descentralizada na sede de Junta da Freguesia de São João de Rei, e na sede da Junta de Freguesia de Serzedelo. No que se refere às intervenções nas freguesias, destacamos as obras que já foram concluídas desde a última informação à Assembleia Municipal, nomeadamente em Geraz do Minho a requalificação da Rua de Guichomar; Póvoa de Lanhoso, a construção de rolamento no loteamento da Requezeda - fase 1; em Rendufinho, a requalificação da Rua de Valcovo; e na União de Freguesias de Água Santas e Moure, a pavimentação em calçada da Rua de Sete Fontes. Continuamos com várias obras em curso um pouco por todo o concelho.

Ao nível das intervenções em espaço público, destacamos ainda a manutenção do Monte do Pilar com a limpeza realizada ao longo de toda a montanha que envolve o Castelo de Lanhoso, o corte de vegetação e limpeza da praia fluvial de Verim, pavimentações de alargamentos em diversas freguesias, execução de rede e ramais de abastecimento de água em Sobradelo da Goma, Taíde, Póvoa de Lanhoso, Fonte Arcada e Oliveira, Campos e Louredo, Calvos, Garfe, Geraz do Minho, Lanhoso e em Santo Emilião e ainda a execução de rede de ramais de saneamento em Fonte Arcada e Oliveira, Póvoa de Lanhoso, Campos e Louredo, Lanhoso, Garfe e Santo Emilião. A Câmara Municipal continua a executar o plano de manutenção e requalificação dos parques infantis do concelho, encontrando-se já finalizada a intervenção no parque infantil de Friande e no

Parque infantil de Taíde. No que diz respeito ao ambiente no período em análise, o centro de interpretação do Carvalho de Calvos promoveu um total de 26 atividades que contaram com a participação de mil cento e cinquenta pessoas de várias faixas etárias. A iniciativa de maior destaque neste período foi a primeira semana do Ambiente que decorreu de dois a seis de junho e integrou um conjunto diversificado de iniciativas. Durante essa semana, o Centro de interpretação recebeu oitocentas e quarenta e dois visitantes e participantes nas suas atividades. Salientar que a programação inclui a celebração dos vinte anos, deste mesmo centro com enfoque na educação e sensibilização ambiental, assim como a comemoração do Dia Mundial do Ambiente celebrado a cinco de junho.

No que diz respeito à saúde animal, como é do conhecimento público, encontra-se em curso a empreitada de construção do centro de recolha oficial de animais. Sobre a mobilidade, mantemos o acompanhamento contínuo e continuamos a articular com a autoridade de transportes, comunidade Intermunicipal do Ave, no âmbito da manutenção de gestão de serviço de transporte público rodoviário.

No que diz respeito à Proteção Civil, em virtude da falha de energia elétrica e das comunicações no dia 28 de abril, o executivo municipal reuniu com a GNR, bombeiros voluntários, elementos dos Serviços Municipais de Proteção Civil para avaliar a situação, coordenar os meios de resposta e garantir a segurança da população e a rápida reposição dos serviços essenciais. Na Póvoa de Lanhoso, os vários agentes conseguiram, de forma coordenada, assegurar o funcionamento dos serviços de saúde, segurança e de socorro à população. Todos os serviços do município funcionaram normalmente a partir do dia vinte e nove de abril. Na mesma data, também as escolas puderam abrir sem sobressaltos. Nos meses de março e de abril, promovemos simulacros nos edifícios escolares do concelho, uma vez que criar uma cultura de segurança foi o principal objetivo destas mesmas ações. Para além do Serviço Municipal de Proteção Civil, estiveram envolvidos os serviços de gestão e qualidade do município, assim com a associação humanitária dos Bombeiros Voluntários para monitorizar e avaliar os componentes de toda a comunidade escolar. No passado dia nove de maio, o Plano Operacional Municipal de 2025 para o concelho foi apresentado e aprovado durante a reunião de Comissão Municipal da Gestão Integrada de Fogos Rurais. E no dia vinte e nove de maio, apoiámos a realização da conferência sobre o combate a fogos florestais, infraestruturas elétricas, organizada pela REN com o apoio da Liga dos Bombeiros Portugueses atendendo à aproximação da fase crítica de incêndios.

No âmbito da semana do Ambiente, visitámos os trabalhos tendentes à criação do Ecoparque Florestal. Este recurso será um espaço polivalente para apoio à gestão florestal e a Proteção Civil. Situado num terreno municipal na freguesia de São João de Rei, o Ecoparque Florestal permitirá, por um lado, o depósito de sobrantes lenhosos e a sua transformação em estilha para posterior reutilização em jardins e espaços verdes, bem como em produções agrícolas biológicas em território municipal. Esta possibilidade

trará ganhos para o ambiente, pois levará à redução da realização de queimas e por conseguinte, do perigo de ignições. Em meados de junho, o município em colaboração com a Brigada Sapadores Florestais da Comunidade intermunicipal da CIM do Ave, executou trabalhos de gestão de combustíveis na rede secundária, locais estratégicos do concelho com vista à prevenção de incêndios. No dia dezoito de junho, a Comissão Municipal da Proteção Civil emitiu parecer favorável à Constituição da primeira unidade local de Proteção Civil do concelho que irá ser sediada na freguesia de Covelas. Este é um parecer vinculativo com esta unidade local de Proteção Civil, Covelas é uma freguesia que fica mais capacitada para fazer face aos riscos existentes naquele território, existindo para tal um trabalho de proximidade com todos os agentes de proteção civil locais. Partilhamos ainda diversa informação nas redes sociais.

No que diz respeito ao ordenamento e desenvolvimento económico. Sobre o plano diretor municipal foi submetida a DRAPN o processo de exclusões da Reserva Agrícola Nacional, tendo já havido a primeira reunião sectorial com a entidade no passado dia dezoito de junho, para concertação estando marcada uma segunda reunião sectorial para dia trinta. Relativamente ao processo da Reserva Ecológica Nacional encontra-se em curso o processo de exclusões. Continua a atualização permanente dos compromissos urbanísticos e do cadastro da rede de água e saneamento. Sobre a via circular, depois do parecer da APA, ficaram concluídos, em meados do mês de junho, os estudos complementares que permitiram ir ao encontro do pretendido por esta entidade. O Estudo de Impacte Ambiental encontra-se a ser finalizado, prevendo-se ainda que possa ser submetido à APA ainda no decorrer do mês de junho. Empresas e emprego, foram 14 as empresas povoenses, de diversos sectores de atividade que foram distinguidas com o estatuto PME líder 2024, pelo Instituto de Apoio à Pequena e Média empresas IAPMEI. Este organismo reconhece anualmente os agentes económicos que se destacam pelos níveis de solidez e desempenho económico-financeiro. Este selo de mérito demonstra a força e a diversidade do tecido empresarial povoense, o que contribui para o desenvolvimento e crescimento da Póvoa de Lanhoso.

No que se refere ao gabinete de apoio empregabilidade, foram realizados 25 atendimentos e sete colocações. Na área da atividade económica, demos continuidade a algumas iniciativas que já se impõe no calendário de eventos. O mercado PVL realizou-se nos dias dez e vinte e quatro de maio e catorze de junho e a Feira de Antiguidades e velharias realizou-se no dia vinte e quatro de maio. Sobre a filigrana, esta arte tão povoense no dia onze de junho a Póvoa de Lanhoso deu um passo marcante no reconhecimento e valorização da sua identidade cultural, com a assinatura de um protocolo de colaboração entre o município e o Centro de Formação Profissional da Indústria de Ourivesaria e Relojoaria. Este acordo estabelece a criação de uma oferta formativa especializada em filigrana, alinhando a tradição e a inovação, o passado e o futuro num setor que está profundamente enraizado no ADN do concelho. Para além do senhor Presidente da Câmara Municipal Frederico Castro, a cerimónia contou com a

presença do Presidente da Associação de Ourivesaria e Relojoaria de Portugal, com o Presidente do Conselho de Administração do CINDOR e ainda com delegado Regional do Norte. Houve oportunidade ainda para visitar o espaço onde vai funcionar este polo do CINDOR que fica localizado no centro comercial da Calva. Os municípios da Póvoa de Lanhoso e de Gondomar, únicos centros de produção de filigrana em Portugal, formalizaram a candidatura da filigrana de Portugal à lista representativa do Património Cultural Imaterial da Humanidade da UNESCO. A candidatura pretende salvaguardar e valorizar esta arte milenar de ourivesaria transmitida de geração em geração. A filigrana constitui um legado vivo mantido por mestres artesãos, cuja dedicação continua a enriquecer o património cultural nacional.

No que diz respeito à atratividade do concelho de três a seis de julho, teremos no nosso concelho o festival Instrumental Portugal. O evento foi apresentado a doze de junho. Queremos que este festival seja marcante, não apenas para a Póvoa de Lanhoso, mas também a nível nacional e até internacional. Este é um festival inclusivo e gratuito. No dia vinte e dois maio, homenageamos o grupo musical "os pegas" que foram recentemente distinguidos com dois prémios na décima terceira edição dos International Portuguese Music Awards. Na mesma cerimónia realizamos a assinatura de protocolos com as coletividades culturais do concelho, nomeadamente as bandas de música, ranchos folclóricos e o grupo Cénico Povoense. Os apoios têm como objetivo incentivar estas coletividades que, com o seu trabalho diário, contribuem para manter vivas as nossas raízes, tradições e costumes.

No período em análise, destacamos ainda as peças de teatro, "O que a Vida nos Encena", feita pelas oficinas de teatro das turmas de iniciação e a peça "A Casa de Bernarda Alba" pelo grupo Cénico Povoense. Na galeria de exposições tivemos a exposição "Lenço dos Namorados" da artista Paula Poças, assim como "Uma Camiliana Povoense", exposição de Damião Vellozo Ferreira.

O Póvoa Dança dinamizou as comemorações do Dia Mundial da Dança em que se envolveram mais de quatrocentos participantes. O programa contou com a participação de diferentes entidades e grupos que juntaram pessoas de todas as idades e com diferentes condições. O Theatro Club recebeu ainda um espetáculo de dança contemporânea, música e poesia intitulado Flor da Liberdade. Referência ainda mais uma vez para o terceiro desfile das marchas Populares, Terra do Ouro, realizado com a participação dos Centros de Convívio, das Juntas de Freguesia e da Casa do Trabalho de Fonte Arcada. No dia trinta de maio foi inaugurada no Pátio dos Artistas, junto à Casa da Botica, a instalação artística "Raiz de vida" da autoria do jovem povoense Zé Pedro Machado. Na mesma data, o Centro Interpretativo Maria da Fonte acolheu a iniciativa conversa de peregrinos, uma partilha de experiências e dúvidas sobre os caminhos de peregrinação. No dia sete de junho apoiámos a realização da Feira Quinhentista promovida pelo agrupamento de escolas da Póvoa de Lanhoso que teve como principal objetivo assinalar os quinhentos anos do nascimento de Luís de Camões, com um

programa repleto muito participado envolvente, a Feira Quinhentista evidenciou a dinâmica, a pujança e a vitalidade das entidades locais, em particular da Comunidade escolar e educativa. Comemorando o 10 de junho, Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas, promovemos o segundo encontro de bandas filarmónicas com a participação da Banda Musical de Calvos, a Banda dos Bombeiros Voluntários da Póvoa de Lanhoso, a Banda de Arnoso e a Banda de Música de Antas - Esposende. Este encontro inseriu-se ainda nas comemorações dos quinhentos anos de Luís Camões, pelo que a sessão contou com a participação de alunos do Agrupamento de Escolas da Póvoa de Lanhoso, e da EPAVE.

A Igreja de Águas Santas recebeu no dia onze de maio, um concerto integrado no décimo primeiro Festival Internacional de Órgãos de Braga, que contou com a atuação de Diogo Zão, no órgão, Luís Melo, na flauta barroca, e o coro Ars Vocalis. Este festival, do qual a Póvoa de Lanhoso fez parte pela primeira vez, tem a sua génese, valorização e reabilitação dos órgãos que são património cultural, mas é também uma oportunidade para promover uma maior dinamização artística. Este evento contou com o apoio da nossa autarquia.

No âmbito do programa de caminhadas, referência para as caminhadas de dia sete e oito de junho, a caminhada com história e no dia vinte e dois de junho, a caminhada Camiliana com a reabilitação do espaço da Fonte de Vido em Fontarcada. No dia trinta e um de maio, no Centro Interpretativo da Maria da Fonte recebeu o evento conversa de peregrinos, uma noite de partilha de experiências e de dúvidas sobre os caminhos de peregrinação. Esta iniciativa inseriu-se na promoção do caminho português de Santiago de Leon de Rosmithal.

A arte da filigrana da Póvoa de Lanhoso recebeu o selo rotas do Norte, o que lhe permite integrar a rota Património Imaterial do Norte. A par desta arte milenar identitária da Póvoa de Lanhoso, também a Estrada Lusitano Romana e o Santuário Rupestre de Garfe foram alvo deste reconhecimento por parte da CCDR-N e pela Entidade Regional de Turismo de Porto e Norte de Portugal. A atribuição deste selo é, também, um critério de admissibilidade, entre outros, a candidaturas de bens de património cultural a financiamento do Norte 2030.

No que diz respeito ao turismo, o período em análise ficou marcado pela realização de mais um fim-de-semana gastronómico no dia vinte e quatro e vinte cinco de maio. Desta vez, o destaque foi para o “Senhor Bacalhau”. Arrancou no dia sete de junho, a época balnear na Praia Fluvial de Verim, com um conjunto de medidas que visam garantir as melhores condições de segurança, conforto e usufruto para todos os veraneantes. Com um investimento superior a quinze mil euros, a Câmara Municipal assegura a presença permanente de dois nadadores-salvadores ao longo da época balnear, bem como, a aquisição de material de apoio à vigilância, socorro, incluindo equipamentos de primeiros socorros, sinalética e meios técnicos destinados a promover a segurança.

No que diz respeito à transição digital e modernização administrativa, a plataforma de serviços online já está ao serviço com a possibilidade de instruir pedidos de licenciamento de autorização e comunicar comunicações prévias através da plataforma de serviços online, temos neste momento, mil oitocentos e vinte e oito utilizadores registados. Desde a anterior Assembleia Municipal, no dia vinte e nove de abril até ao dia quatro de junho deram entrada por esta via quinhentos e cinquenta e quatro processos.

No que diz respeito aos recursos humanos, foram diversas as ações realizadas no período em análise, sendo que destacamos o workshop de psicologia positiva e logoterapia nas organizações. Os participantes tiveram oportunidade de aumentar o conhecimento sobre uma abordagem humanizada, centrada no sentido e nos valores, como forma lidar com os desafios dos colaboradores no contexto organizacional.

No âmbito da certificação dos serviços ao abrigo da norma ISO 9001:2015, foi realizada auditoria interna, nos dias vinte e oito e vinte e nove no serviço de atendimento do Balcão Único, Piscina Municipal Coberta, Turismo e Eventos, bem como, todos os serviços de suporte.

Notas finais para referir o seguinte, no período em análise, comemoramos mais um aniversário do 25 de Abril, com uma sessão solene evocativa do quinquagésimo primeiro aniversário desta revolução, a evocação do Dia da Liberdade na Avenida 25 de Abril e visita ao Jardim Moral na Avenida da República. Organizamos ainda a terceira milha da liberdade. Ainda no âmbito destas comemorações, o Pavilhão Desportivo da Escola Secundária da Póvoa de Lanhoso foi o palco escolhido para acolher o torneio de Mini Basquete que a Câmara Municipal e a secção de basquetebol do Sport Clube Maria da Fonte promoveram no dia 1 de maio. No dia vinte cinco de maio participamos na peregrinação arciprestal ao Santuário de Nossa Senhora do Pilar. Este é um momento importante para uma grande parte da nossa comunidade. No mesmo dia, vinte cinco de maio, recebemos nos Paços de Concelho, os participantes no trigésimo encontro nacional de Alfaiates que reuniu uma cerca de cem profissionais da arte da alfaiataria, oriundos das mais diversas regiões do país. Nesta receção foram prestadas homenagens a dois mestres povoenses da alfaiataria que marcaram a história local, José António Araújo Almeida e a título póstumo, António José Fonseca. No dia trinta e um de maio, recebemos participantes de toda a Península Ibérica no âmbito do XIV encontro Hispano-Luso de Protocolo universitário e do XXII encontro de responsáveis de protocolo das universidades espanholas, num programa social que deu a conhecer o melhor do nosso território. Já temos ao serviço também um miniautocarro apto para transporte de crianças e que vem substituir uma viatura que já tem dezoito anos.

A informação financeira a dezasseis de junho de 2025, execução da receita, execução orçamental da receita é de dezassete milhões, quota de setenta e nove mil seiscientos e oito euros, correspondendo a 39,5% do orçamento. Valores a receber de participações comunitárias, cento e oitenta e nove mil seiscientos e trinta e dois

euros, outras receitas com um milhão e vinte mil seiscentos e cinquenta e nove euros, o que perfaz um total de um milhão, duzentos e dez mil duzentos e noventa euros. No que diz respeito à execução da despesa, a execução orçamental da despesa paga é de doze milhões, quatrocentos e doze mil setecentos e cinquenta e cinco euros, o que corresponde a 28% do orçamento. O total da dívida é de nove milhões, quatrocentos e quatro mil duzentos e quarenta e um euros e, neste momento, não existe à data de trinta e um de maio, nenhum pagamento em atraso. Muito obrigado.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao deputado do CDS-PP, Pedro Afonso.

Interveio o deputado Pedro Afonso, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Começo a minha intervenção dando nota que estive a rever a atividade não do município, mas da sessão plenária extraordinária desta assembleia, realizada a vinte e nove de novembro de dois mil e vinte e um que, curiosamente, iniciou com um a parte para a intervenção da Dra. Cristina Guimarães, da CCDR-N para nos prestar esclarecimentos sobre a revisão do PDM. Sessão que aproveito desde já para vos convidar a reverem no canal do YouTube do município. Na sua primeira intervenção na mesma sessão, o senhor Presidente da Câmara disse e passo a citar, foi prioridade deste executivo, digamos que acelerar o passo relativamente àquilo que diz respeito ao processo de revisão do PDM. Ora falando agora da atividade do município nesta matéria, não só deste período do relatório de atividade, mas sobretudo do período que vai desde o dia dessa sessão até ao dia de hoje, sobre o PDM, senhor Presidente, as questões que lhe coloco são muito simples e claras. Vai conseguir concluir o processo de revisão do PDM até à Assembleia Municipal de setembro? Entende que o período de férias para a maior parte das pessoas, refiro-me a Agosto, será a altura ideal para colocar o documento em discussão pública? Não seria importante, desta feita, esclarecer os povoenses do facto de que, sem termos definido o traçado final da Via circular, que poderá sofrer alterações em função da aprovação ou não da Agência Portuguesa do Ambiente, não poderá finalizar o dossier do PDM por ainda não poder ter a certeza absoluta do local por onde esta terá efetivamente de passar?

É também referido no relatório que se encontram a desenvolver a Carta Municipal da Habitação e que esta é o instrumento Municipal de Planeamento e Ordenamento territorial em matéria de habitação, a articular no quadro do Plano Diretor Municipal e que, no âmbito do programa 1º Direito, já se iniciou a fase de execução dos trinta e oito fogos no Bobeiro e que está a decorrer o concurso para a construção de mais vinte seis fogos em Mossul, ou seja, em matéria de habitação pública, os processos estão a andar e os privados, como ficam? A questão que levanto é quanto tempo mais terão os casais

povoenses de esperar para poderem ver os seus anseios atendidos, sobretudo aqueles que têm terrenos em boas condições de vir a ser neles permitida a construção.

Uma breve nota quanto à inexistência no relatório de atividade, de qualquer referência ou esclarecimento, por mais pequeno que seja sobre as diligências tidas neste período junto da Braval para a resolução do problema do lixo a céu aberto e dos maus cheiros e insetos que daí resultam. Continuamos a aguardar por melhores ventos.

E para terminar, senhor Presidente, dou-lhe nota a si e aos povoenses que tivemos conhecimento de uma notícia publicada no jornal o Minho, no passado dia vinte cinco de junho, com o título Ponte Eiffel do Rio Ancora mil oitocentos e setenta e oito, dois mil e vinte cinco há mais de três décadas sob custódia do infortúnio. Artigo no qual são tecidas duras críticas aos intervenientes, a Câmara Municipal da Póvoa de Lanhoso como detentora da ponte e a Câmara de Caminha, enquanto mediadora de um eventual processo de devolução da Ponte a Vila Praia de Âncora. Sem tecer qualquer tipo de considerandos, a questão que lhe coloco é se vai efetivamente devolver a ponte, senhor Presidente? Muito obrigado.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra à deputada do GP do PSD, Fátima Alves.

Interveio a deputada Fátima Alves, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Inicio esta intervenção, saudando todos aqueles que foram recentemente distinguidos nas mais diversas áreas do desporto à música, pelo seu mérito e dedicação. Uma palavra especial também para as catorze empresas distinguidas pelo IAPMEI, como PME líderes pelas suas práticas de gestão, solidez e desempenho económico-financeiro. São sem dúvida, motivo de orgulho para o nosso concelho, exemplos vivos da força da nossa comunidade empresarial.

Relativamente aos aspetos focados na atividade do município que nos foi dada a conhecer. Quanto à alimentação escolar na Assembleia Municipal jovem do ano passado, já havia sido assinalada a insatisfação dos alunos quanto à qualidade do serviço das cantinas escolares, situação que, lamentavelmente, voltou a ser referida este ano. Os jovens questionaram e com toda a legitimidade, que medidas pretende, o executivo, implementar para colmatar esta situação. Sabemos que foram realizadas oito visitas aos refeitórios escolares e que foi contratada uma nutricionista há cerca de um ano. Que resultados concretos surgiram dessas visitas e quais são as medidas para o próximo ano letivo que garantam melhorias reais e tangíveis neste serviço?

Nomeadamente agora, quanto à via circular, foi dado conhecimento de que os estudos complementares da Via circular se encontram concluídos desde meados de junho, sendo necessária a submissão do estudo de impacto ambiental à Agência Portuguesa do Ambiente, hoje dia trinta de junho, era uma data apontada como uma data expectável

para a submissão deste estudo. Questiona-se se o mesmo foi submetido e tendo os estudos já concluídos, qual é a data prevista ou previsional para a conclusão do processo de avaliação e expropriação e respetiva partilha a todos os elementos desta assembleia. Quanto às ETAR's e estação de tratamentos de águas residuais, foi contratado por ajuste direto um serviço de assessoria para definir o modelo organizativo em termos de saneamento, entretanto, foram feitas manutenções em duas ETAR's, nomeadamente a da União de Freguesias de Águas Santas e Moure que continua a receber águas pluviais em excesso. Que soluções aponta a entidade consultora para que este tipo de situações que comprometem a eficiência do sistema, sejam ultrapassadas?

Agora, quanto à análise de águas subterrâneas e entroncando um pouco naquilo que o deputado Pedro Afonso falou, nomeadamente, a ausência de informação quanto a Braval, e porque vai está relacionado, nomeadamente com águas subterrâneas. Em março foi adjudicado um serviço de análise às águas subterrâneas com previsão de realização de quarenta e cinco dias, porém, em maio, a adjudicação foi extinta, o que levou ao cancelamento do processo e se o executivo mantém a intenção de avaliar estas águas que reiteradamente têm sido abordadas em diversas assembleias municipais.

Quanto à estratégia local de habitação, a Lei de Bases da Habitação obriga ou prevê a elaboração anual de um relatório Municipal da habitação a ser submetido à Assembleia Municipal. Até hoje, nunca nos foi apresentado tal relatório, porquê? Em Garfe decorre atualmente um processo de reabilitação de habitação social acompanhado pelo aluguer de módulos de realojamento. Questiona-se como será feita esta transição e por quanto tempo se prevê manter os agregados familiares nos respetivos módulos.

Quanto à gestão de combustível florestal, a problemática da limpeza de terrenos e acessos rurais é infelizmente, cíclica, persistem as áreas privadas cobertas de mato e a falta de fiscalização, apesar de todos os riscos que todos nós conhecemos. Na última Assembleia Municipal jovem, os alunos lembraram-nos que, entre quinze e vinte de setembro de dois mil e vinte e quatro metade das freguesias ficaram cobertas de chamas. Continuaremos a atuar só após o fogo, é uma das questões, e que ações concretas estão a ser realizadas pela Câmara Municipal em matéria de fiscalização e limpeza coerciva?

Quanto ao ginásio geriátrico e ao apoio permanente aos seniores, prometido desde dois mil e vinte e dois, o ginásio geriátrico, continua por concretizar. Em dois mil e vinte e quatro, dizia-nos o relatório que tinha sido inclusivamente realizado um estudo por projetistas externos, questiona-se para quando será concretizado aquilo que foi delineado pelos projetistas e se está considerada aqui alguma parceria público-privada na sua dinamização.

No que diz respeito ainda aos seniores e focando agora os centros de convívio, a rede de centros convívio tem vindo a crescer ao longo dos anos e já se cifra em quinze unidades. Falou há pouco o senhor vereador Ricardo Alves, que já estava a ser preparado mais um centro de convívio, desta feita em Taíde. No entanto, e porque esta é uma realidade que

tende a acompanhar os nossos jovens, eu gostaria de levantar aqui algumas questões concretas. As planificações mensais estão a chegar com atraso aos senhores Presidentes de junta, questiona-se onde é que está a falhar a articulação e como é que esta questão será resolvida? Que, com exceção do centro de convívio de Garfe, e confirmem-me se realmente é assim, há uma redução significativa de utentes. Questiono se os idosos estão satisfeitos com as atividades propostas e se eventualmente, será este o motivo que está a tender, a diminuição da adesão aos centros de convívio. Em sessões anteriores da Assembleia Municipal, sugeri inclusivamente, o grau de avaliação de satisfação dos utentes. Questiono, à data não foi considerado como pertinente, mas tendo em consideração que os utentes estão a diminuir, questiono se essa avaliação tem sido feita e com que resultados? Por agora é tudo, obrigada.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra à Câmara Municipal para resposta.

Interveio a Vice-Presidente, Fátima Moreira, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Eu vou só responder aqui a algumas questões sectoriais, nomeadamente a questão da alimentação e do nosso acompanhamento ao serviço prestado nos refeitórios escolares. De facto, como foi aqui bem referido, desde o início que, no âmbito da delegação de competências, assumimos a gestão dos refeitórios, percebemos que tínhamos que fazer um trabalho muito próximo das empresas que foram ganhando os concursos e em boa hora, contratámos uma pessoa, a nutricionista, como foi aqui dito que tem feito, de facto, um trabalho de acompanhamento muito próximo, não só das empresas, mas também de monitorização das ementas e do processo de confeção que é utilizado nos refeitórios e têm sido feitos vários avanços, nomeadamente, foi já constituído um, aquilo que nós chamamos, um conselho consultivo, no âmbito desta estratégia que reúne todas as responsáveis das diferentes empresas que estão a servir o segundo, o terceiro ciclo e o secundário. Não estamos a falar do pré-escolar, e de primeiro ciclo, porque esse está é no âmbito de protocolos de colaboração com a IPSS's, mas sobretudo os refeitórios que recebemos no âmbito da delegação de competências, nomeadamente o refeitório da escola Básica Gonçalo Sampaio, da Escola Secundária e da Escola de Taíde. Reunimos então com as pessoas responsáveis por essas empresas com alguma regularidade, fazemos sempre o ponto de situação do que corre melhor e do que corre pior.

Neste momento, as empresas concordaram e nós demos já o passo significativo de termos uma ementa única, uma ementa única que é promovida em todas os refeitórios do município, sempre que existem situações relacionadas com a insatisfação, quer de pais, sobretudo pais, mas aí até acontece mais ao nível do 1º ciclo, e aí a ação é mais junto das IPSS's com quem temos contratos de colaboração, mas os pais são sempre convidados a irem ao refeitório, a poderem experimentar a comida e posso-vos dizer

com toda a franqueza que tanto as empresas que estão agora a servir, no âmbito da delegação de competências, como as IPSS's, têm sido muito recetivas a todas as medidas, à análise de todas as situações que às vezes não correm tão bem, e tem existido como sempre uma perspetiva de colaboração e de trabalho na melhoria contínua. Sabemos que os refeitórios e a comida que se serve nem sempre é do agrado, é como tudo, é como nas nossas casas, nem sempre é do agrado, para nós é sobretudo essencial que aquilo que é fornecido, seja fornecido com equilíbrio nutricional e em segurança alimentar. Isso para nós é fundamental, o que o trabalho que temos feito é nesse sentido.

Paralelamente, a nossa nutricionista tem feito também um trabalho de sensibilização ambiental, desenvolvido até projetos muito recentemente, agora até ao nível do pré-escolar, incentivando os hábitos alimentares saudáveis e, de facto, é um caminho que vamos trilhando, mas senhora deputada eu diria que estamos num bom caminho, temos dado passos muito certos e no sentido de atendermos a todas as situações menos positivas que nos vão surgindo, mas que tendo consciência disso que nunca há de ser uma situação que agrada a toda a gente, nem perfeita, estaremos sempre disponíveis para encontrar as melhores soluções em conjunto.

Relativamente, à estratégia local de habitação e ao facto de já iniciarmos a reabilitação dos bairros de Garfe e de Oliveira. Em Garfe, de facto, tivemos que socorrer-nos do aluguer de módulos para que as pessoas, quando vamos fazer a intervenção da habitação, passam ficar lá, sendo certo que, porque é verdade que nós na altura que fizemos a submissão das candidaturas, procurámos forma de realojar estas famílias em apartamentos ou casas que pudéssemos alugar temporariamente. Não encontrámos soluções, não encontrámos soluções, e já depois, num segundo momento, é que estando previsto este financiamento no âmbito da estratégia local de habitação, socorremo-nos então do aluguer destes módulos, digamos assim, que vão acolher estas famílias. A nossa ideia é fazermos por fases, vamos intervencionando nas habitações por fases, as famílias não vão estar todas, não vão sair todas em simultâneo, vão sair duas e faz-se a intervenção naquelas habitações, duas ou três, e depois vamos fazendo essa alternância, digamos assim, com acompanhamento constante. Quanto ao prazo, o que está planeado no caderno de encargos é que nós até março do ano que vem, temos que ter as casas reabilitadas e as famílias lá dentro, por isso, de entre estes meses, nós temos que pôr em prática tudo aquilo que está no âmbito do caderno de encargos e que a empresa que ganhou se comprometeu a concretizar.

Não sei se tinha aqui mais algum assunto, sobre o ginásio geriátrico, penso que o senhor Presidente falará que foi agora a hasta pública, sobre os centros de convívio e a insatisfação e diminuição. Já na altura, tínhamos aqui conversado sobre esta suposta diminuição com a qual eu não concordo de todo. Se há pessoas que desistem, há pessoas que entram, há pessoas que infelizmente também falecem, trabalhar com os seniores tem estas coisas, mas o que nós sentimos é que temos centros de convívio muito ativos

com gente que participa com muito agrado e se falarmos em Garfe podemos também falar de Sobradelo da Goma, ou de Lanhoso, ou até mesmo o da vila, que têm muita gente a participar e gente que tem revelado muita satisfação. Dizia-vos também já na altura que nós temos constituída a Assembleia Municipal sénior, nessa Assembleia Municipal Sénior, na qual eu faço uma pequena abertura, mas que é orientada, e é presidida pelo senhor Provedor do Idoso, há um representante de cada um dos centros e esse é o momento em que os centros fazem a sua apreciação do trabalho que é desenvolvido, por isso, já há este espaço de dar voz às dinâmicas que são desenvolvidas nos centros de convívio, obviamente que não quer dizer que não se passa fazer e ouvir aqui o desafio de inquéritos de satisfação aos seniores, pois podemos também fazer isso, não são incompatíveis as situações, mas o que eu gostava aqui de enfatizar é que esse momento e esse espaço dos seniores poderem dizer, dizer-nos a nós o que é que está melhor, o que é que está pior, o que é que podem melhorar, dizer-vos também que dessa Assembleia Municipal sénior, sai sempre uma carta de recomendação com várias recomendações, muitas delas dirigidas aos centros de convite, especificamente outras até às próprias freguesias que nos são trazidas depois pelo senhor Provedor e que nós temos atendido dentro daquelas que são as nossas possibilidades e vamos obviamente também aqui em conjunto depois das situações identificadas, trabalhar nas soluções. E, basicamente, era isto.”

Interveio o Vereador, Ricardo Alves, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Senhora deputada Fátima Alves, eu queria-lhe dizer que, de facto, a limpeza dos terrenos florestais é sempre uma preocupação todos os anos para nós já é desde que chegámos à Câmara Municipal, portanto, não tem a ver só com setembro do ano passado, essa fiscalização compete à GNR que tem estado numa parceria estreita com a Câmara Municipal desde o primeiro dia, portanto, nós temos feito várias ações de sensibilização e temos também informado os nossos munícipes através das redes sociais do município e nomeadamente da página da proteção civil, das datas e dos limites legais para fazerem essas limpezas e é uma coisa que é importante dizer, porque houve-se muito isso nos telejornais e nos jornais e toda a gente depois se dirija à Câmara Municipal, a todas de todo o país, como sendo razão, ou o último recurso. É impossível qualquer Câmara Municipal deste país fazer limpezas coercivas que toda a gente vê e necessita. Não há meios em nenhum município deste país para poder proceder a essas limpezas coercivas, até porque, por exemplo, nós já candidatámo-nos a uma equipa de sapadores florestais, mas o ICNF ainda não abriu essas candidaturas e, portanto, estamos a aguardar também que se possa recorrer a esse tipo de apoios para termos o equipamento necessário para fazermos isso.

De qualquer forma, relembra que logo no início do mandato, nós adquirimos um novo limpa bermas, só havia um e, portanto, esse segundo limpa bermas veio fazer um

reforço na limpeza dessas faixas, mas eu posso dizer, por exemplo, que fizemos mais de trinta quilómetros lineares de gestão de combustível um pouco por todo o concelho, limpamos nas redes secundárias e terciárias mais de cinquenta hectares e temos feito, como também é do conhecimento público, um grande reforço de meios junto dos bombeiros para que, de facto, antes que aconteçam estas épocas mais fortes, nós apostamos, naturalmente, na prevenção e nessas limpezas e temos sido os primeiros a motivar as populações para essas mesmas limpezas. A responsabilidade é sempre dos proprietários dos terrenos e, naturalmente, a Câmara Municipal em função daquilo que é a sua possibilidade, sempre que há uma indicação para uma limpeza coerciva, irá fazê-la, mas não tem possibilidade de, naturalmente, responder a todas as solicitações necessárias. Obrigado.”

Interveio, ainda da parte da Câmara Municipal, para resposta, o Presidente da Câmara, Frederico Castro, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Começar pelo PDM, pela revisão do PDM. O deputado Pedro Afonso questiona se até à Assembleia Municipal de setembro teremos condições de levar a cabo a discussão pública. Eu tenho que voltar a esclarecer que o processo de revisão do PDM, como penso que é sobejamente sabido, não depende exclusivamente do município e da Câmara Municipal, não depende, nem nunca dependeu. Nós tivemos como última diligência a segunda reunião setorial com a RAN para a concertação de exclusões propostas pela Câmara Municipal. O que aconteceu hoje mesmo, aconteceu hoje de manhã pela mão do senhor vereador do pelouro que teve reunido com a RAN em Braga para fechar esta parte do processo. Já agora um aparte para referir que esta foi a trigésima quinta diligência ou trigésimo quinto passo que foi dado nestes três anos e meio, eu podia fazer em jeito de comparação, uma análise entre aquilo que aconteceu no mandato anterior foram dados sete passos em termos processuais, sete, de facto, acelerámos o processo de revisão do PDM e estamos numa fase em que estamos, espero, eu espero eu preparados para que seja convocada a segunda reunião da Comissão Consultiva, que como sabem, tem de ser coordenada pela CCDD-N, a partir do momento em que essa segunda reunião tenha sucesso, aí sim, passa para a alçada do município o agendamento da discussão pública. Isso é da exclusiva responsabilidade do município, a partir do momento em que esta segunda reunião esteja concluída e que as entidades estejam, digamos, de acordo. Chegado esse momento, quando chegar esse momento, concordo que teremos que avaliar se a melhor altura do ano é ou não o período de verão ou se devemos temporizar um pouco de forma que as pessoas possam ter oportunidade de participar, mas também devo recordar que o período de verão é também o período em que muitos emigrantes estão em Portugal, portanto, há aqui várias ponderações a fazer, aquilo que eu espero é que não percamos muito tempo com esta matéria e a

vontade do executivo, como já tem sido amplamente notório é de que este processo se possa concluir rapidamente.

Relativamente à questão que coloca sobre o tema da Braval, não há uma evolução significativa desde a última Assembleia Municipal até hoje, a última Assembleia Municipal, aconteceu há dois meses atrás e aquilo que esperávamos há dois meses atrás é o mesmo que esperamos hoje que a avaliação de impacto ambiental que foi solicitada pelo Conselho de administração da Braval, a ser submetida à Agência Portuguesa de Ambiente, apresente as suas conclusões e tenha um relatório final que nos permita avançar definitivamente, que nos permita, os municípios da Braval, avançar definitivamente para a execução do último alvéolo que está integrado no licenciamento da Braval que tem vinte e cinco, vinte seis anos, não é? A execução desse último alvéolo vai permitir que a Braval possa processar a recolha, que faz nestes municípios num espaço diferente, mas vai permitir, sobretudo, selar o alvéolo que tem estado a ser utilizado nos últimos meses. Até chegarmos a esse momento, de facto, não vamos ter uma solução cabal, nem vamos ter forma de resolver definitivamente o problema, com que temos lidado, desde que todos começamos a sentir com outra a frequência os incómodos que a Braval tem provocado aos habitantes do concelho. Esta é a solução que só poderá ser executada quando a avaliação de impacto ambiental estiver concluída e devidamente avaliada pela APA. Já agora, de referir que a Braval já levou a cabo, inclusivamente o concurso público para definir e contratualizar a empresa que vai executar este trabalho. Isso já está executado e já está concluído em termos de processo e, portanto, diria que, neste momento, estamos nas mãos da Agência Portuguesa do Ambiente que há de, espero eu tão breve quanto possível, dar luz verde para que através da tutela, porque o senhor secretário de Estado também reuniu connosco no início deste ano, para que via secretaria de Estado do Ambiente, possamos ter luz verde para poder avançar com a materialização do contrato do concurso que já foi lançado, estando materializado esse contrato e executado o novo alvéolo, pode ser selado o atual e pode ser utilizado o próximo. São esses os passos que todos aguardamos.

Quanto à Ponte Eiffel, senhor deputado, a Ponte Eiffel continua a ser, na minha opinião, bom seria muito fácil, devolver a ponte à origem. Eu sei que o senhor deputado, quer é ouvir a resposta, até porque sei que há pessoas especialmente interessadas, não muitas, mas especialmente interessadas nesse tema e que estão especialmente atentas àquilo que poderá acontecer à ponte Eiffel. Nós já todos percebemos que essa ponte e a recuperação da ponte Eiffel terá um custo, teria um custo, se nós decidíssemos recuperá-la, e tivéssemos meios para isso, teria um custo superior a um milhão de euros. Eu não desisti ainda de encontrar uma solução. Essa solução não existe do ponto de vista do ponto de vista das fontes de financiamento, nem em sede de PRR nem em sede de Portugal 2030 nem em nenhuma outra gaveta, como gostamos de chamar na gíria que permita levar a cabo a recuperação desta ponte. Legalmente, a ponte pertence à póvoa de Lanhoso, moralmente, temos todos um dever de consciência de análise diferente da

questão legal e de percebermos que, de facto, se a ponte foi doada à Póvoa de Lanhoso na década de noventa e se até à data de hoje não foi encontrada uma solução, alguns executivos provavelmente procuraram mais, outros ignoraram mais, este executivo em nenhum momento ignorou o tema, se tivéssemos condições para a recuperar, ela estaria já recuperada. Admito que possamos chegar a um momento em que seja mais decente o termo é esse, que seja mais decente, devolver a ponte a quem nos doou a ponte na década de noventa, e eu, enquanto responsável máximo pelo município, não ponho de parte essa possibilidade. Aquilo que eu quero dizer hoje é que com o passar do tempo, provavelmente essa possibilidade está cada vez mais presente, até porque eu entendo que ela é mais decente, se nós não tivermos condições de recuperar a ponte é mais aceitável que a ponte seja devolvida a quem nos doou a ponte no início da década de noventa, depois bem sei que surgirão aí uns debates de estarmos a entregar património do município, de estarmos a depauperar propriedade que pertence hoje ao município da Póvoa de Lanhoso, mas também é verdade que esta discussão tem que ser mais ampla e mais alargada e nós temos que ter aqui um sentido prático muito grande. Por isso, se em algum momento, eu, enquanto Presidente de Câmara, admitindo que me mantenho nestas funções, eu, enquanto Presidente de Câmara estiver perante um cenário de linha vermelha em que temos de decidir se deixamos tudo tal qual como está, não havendo condições de a poder recuperar ou se a devemos devolver, a probabilidade de eu sugerir que ela seja devolvida, é muito grande.

Sobre a conclusão, a deputada Fátima Alves falou da conclusão da avaliação de Impacto Ambiental, ela vai ser submetida durante o mês de julho, portanto, nós estamos precisamente na conclusão do estudo para apresentação à APA, na conclusão dos estudos para apresentação à APA desta avaliação de impacto ambiental que tem previsão de ser apresentada durante o mês de julho. O estudo que foi contratado relativamente às ETAR's, eu não tenho presente as conclusões desse estudo, mas os nossos serviços têm estado a proceder em conformidade com aquilo que são as recomendações. Nós poderemos analisar isso e discutir provavelmente, numa próxima Assembleia Municipal, as conclusões do estudo, mas foi precisamente solicitado para poder ajudar-nos a melhorar o trabalho que fazemos nesta área em concreto e nesses casos, em particular.

A análise das águas que referiu e que foi debatida no início deste ano, digamos que foi um procedimento interrompido, porque percebemos depois de uma reunião com a engenheira Alexandra, que é a atual diretora da Braval, que a análise que deve ser feita tem determinados aspetos que devem ser visados de forma mais cirúrgica, digamos assim, e o tipo de análise que se faz na gíria poderia até ser concluída, mas não ia apresentar resultados que fossem propriamente uma mais-valia que pudéssemos considerar uma mais-valia para aquilo que a análise mais superficial que faz um município e que não faz uma entidade como a Braval e, portanto, a própria Eng.ª Alexandra esclareceu-nos em relação a essa matéria e partilhou connosco aquilo que

tem sido o acompanhamento que a própria Braval tem feito sobre este aspeto em particular e nós temos razões para confiar na Braval. Parece-me, portanto, aliás, devo dizer que a Braval desde a entrada em funções da Eng.ª Alexandra definiu um plano de investimento a ser executado nos próximos anos, que pressupõe a renovação e a requalificação de uma série de equipamentos que, provavelmente, alguns deles poderiam ter sido intervencionados já há algum tempo. Nós percebemos isso também em algumas visitas que fizemos ao aterro, ao Ecoparque da Braval, nomeadamente com os senhores vereadores e com a senhora vereadora Olga Duque, que nos acompanhou nesse dia também, sendo ela até natural de Covelas, e tivemos oportunidade de perceber que algumas intervenções eram já há época necessárias. Ora, a entrada em funções da Eng.ª Alexandra trouxe outra ação, digamos assim, isto não é nenhuma crítica a quem estava em funções antes da Eng.ª Alexandra, é isso sim, um sangue novo que mostra que há vontade e predisposição para melhorar aquilo que o Ecoparque já precisa e já justifica há algum tempo.

O ginásio geriátrico, bom, o tema do ginásio geriátrico temos que recuar no tempo também para perceber que nós recebemos no início do mandato um problema relativamente àquele espaço, não é? E, portanto, se por um lado, a via judicial resolverá uma parte do problema, por outro lado, nós entendemos que aquele espaço devia ser, não só colocado novamente à disposição do público, mas ser repensado na sua filosofia, e nos seus objetivos, daí a componente geriátrica.

Nós entendemos que uma parte do horário de funcionamento do ginásio deve ser direcionada às pessoas que têm uma idade mais avançada, nomeadamente aos utentes dos centros de convívio, ou outras pessoas que não o sendo queiram usar este espaço e este serviço e, portanto, o estudo que fomos fazendo ao longo do tempo e a forma como fomos percebendo que a necessidade de intervenção daquele espaço, que é profunda, justifica um investimento significativo, decidimos levar a cabo um concurso, que pressupõe que o vencedor do concurso seja responsável pelo projeto, pelas especialidades e pela execução da intervenção que o espaço vai precisar, sendo certo, como é natural, que o caderno de encargos é da responsabilidade do município e, portanto, será o município a definir o que lá vai ser feito. Será da responsabilidade de quem ganhar o concurso, a elaboração do projeto das especialidades e das obras que vão ser executadas. E penso que é só.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra à deputada do GP do PSD, Fátima Alves.

Interveio a deputada Fátima Alves, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Sobre as notícias que saíram recentemente, maio, na comunicação social sobre a elevação da Póvoa de Lanhoso, a cidade, a proposta de elevação da Vila da Póvoa de

Lanhoso corresponde à freguesia de Nossa Senhora do Amparo à categoria de cidade e foi apresentada na Assembleia da República a 13 de março deste ano pelos deputados do grupo parlamentar do Partido Socialista eleitos pelo círculo de Braga. Curiosamente, apenas dois dias após a rejeição da moção de confiança que levou à queda do Governo. Naturalmente, face à dissolução da Assembleia, a proposta acabou por ser arquivada. Contudo, ouvimos por parte do senhor Presidente da Câmara Municipal, a garantia que os deputados estarão mandatados para reapresentar essa iniciativa no novo ciclo parlamentar.

Ora causa alguma perplexidade tal afirmação, especialmente à luz da Lei 24/2024, 20 de fevereiro, que estabelece o regime jurídico para a atribuição da categoria de Vila ou de cidade. Esta lei é clara ao prever a participação das autarquias locais nesse processo, antes de qualquer submissão formal à Assembleia da República, é obrigatório ouvir os órgãos autárquicos da freguesia visada, neste caso a Assembleia de Freguesia de Nossa Senhora do Amparo e, naturalmente também a Assembleia Municipal. Até à data que seja do nosso conhecimento, nenhum dos órgãos foi consultado ou envolvido. Este procedimento levanta sérias dúvidas quanto à transparência e à legitimidade democrática da iniciativa, parecendo ignorar ou pelo menos, contornar os mecanismos da participação institucional que a lei consagra.

A decisão para avançar neste caso ao estatuto de cidade deve ser profundamente refletida, ponderada em função da realidade local, da coesão territorial e da sustentabilidade dos investimentos. Embora a Póvoa de Lanhoso, e nós sabemos que cumpre os critérios legais para essa elevação, isso não significa que tal passo seja considerado automaticamente benéfico. Devem ser acauteladas questões fundamentais como a preservação da identidade local a equidade no tratamento entre freguesias e a consolidação de projetos estruturantes que alguns deles ainda nem sequer tiveram início. Recordo que, na última Assembleia Municipal jovem, e não me canso de referir, porque hoje tivemos com muito agrado cá os jovens, realizada no dia 30 de abril, foi o próprio senhor Presidente de Câmara que reconheceu que o concelho ainda enfrenta necessidades que outras cidades resolveram há vinte, trinta ou quarenta anos. Essa afirmação vinda do executivo não pode ser ignorada no debate desta questão.

A Póvoa de Lanhoso já é hoje um exemplo de dinamismo e de qualidade de vida. O reconhecimento externo pode e deve ser conquistado pelo mérito das suas políticas e não apenas por um título formal. Por outro lado, é legítimo questionar se a elevação a cidade não agravará as assimetrias internas, nomeadamente nas freguesias mais periféricas que esperam investimento equitativo. Não podemos, por isso, avançar com esta discussão de uma forma apressada ou apenas por impulso político, o futuro da Póvoa de Lanhoso deve ser construído por todos e não apenas por alguns. Obrigada.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao Presidente da Câmara, Frederico Castro, para resposta.

Interveio o Presidente da Câmara, Frederico Castro, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Eu faço uma intervenção, apesar de não ter vislumbrado nenhuma pergunta, eu vislumbrei só uma declaração política, que registo, mas nessa declaração política, não percebi em nenhum momento se concorda ou se discorda da elevação da Póvoa de Lanhoso a cidade. Fiquei com essa curiosidade, eu percebo que não tenha opinião formada, também será relativamente natural.

De qualquer das formas, é importante percebermos que, em primeiro lugar, todos os projetos de lei que caem no final do mandato legislativo são reapresentado, podem ser, podem não ser, mas são reapresentados, é essa a intenção, sempre foi essa a intenção, no início da nova legislatura. Os processos que são apresentados em formato de projeto-lei são discutidos em Comissão. A senhora deputada vai ter oportunidade, provavelmente já lhe aconteceu, não sei a que comissões pertence, mas já aconteceu de discutir este tipo de matérias em sede de Comissão, e em sede de Comissão são solicitadas ou podem ser, solicitadas as tomadas de posição, neste caso das entidades envolvidas em determinado processo, como é o caso de uma elevação a cidade, portanto, em nenhum momento, o município quis ultrapassar ou como disse a senhora deputada, que gosta muito de jogar com estas palavras, entendeu ou pretendeu que houvesse falta de transparência no processo, muito pelo contrário, nada mais transparente do que afirmarmos publicamente e afirmarmos numa Assembleia Municipal que esta é nossa intenção, portanto, isso é totalmente transparente. Depois, se os senhores entendem que o caminho poderia ser um e se outros entenderão que o caminho poderia ser outro, e se o nosso entendimento é este, eu com muita franqueza, a minha maior preocupação e o meu maior objetivo é o foco que tenho de nós conseguirmos, de facto, a elevação a cidade, e essa elevação a cidade em nenhum momento, terá como consequência o aumento das assimetrias entre a Vila e as restantes freguesias, muito pelo contrário, nós estamos a falar da qualificação do território, estamos a falar da possibilidade de prestigiar o território da Póvoa de Lanhoso, aliás, eu não conheço nenhum processo de uma cidade que tivesse dado entrada com um processo na Assembleia da República para que fosse, digamos, em sentido contrário, reduzida a vila, muito pelo contrário, os processos são sempre de elevação da freguesia a Vila e de Vila a cidade, por alguma razão, é porque isso qualifica os territórios, é porque aumenta o prestígio dos territórios e faz com que, neste caso, a Póvoa de Lanhoso passe a ter um papel no panorama distrital e no panorama regional prestigante e diferente daquele que tem.

E é verdade que nós temos ainda muitas dificuldades no concelho. É verdade que há muitas, há muitos equipamentos que eu tenho a ambição que já existissem no nosso concelho e que eu gostava de podermos ser comparados e equiparados a outros concelhos vizinhos da Póvoa de Lanhoso desse ponto de vista, e ainda não somos. Mas

esse também é um caminho que nós estamos a fazer, nós estamos a fazer o caminho de qualificar o concelho e de o equipar de forma a que possamos oferecer no nosso concelho aquilo que outros concelhos oferecem aos seus habitantes. Devemos esperar por esse momento para elevar a Póvoa de Lanhoso, a cidade? Não, é um percurso que podemos fazer de forma paralela, de forma simultânea, e é esse o trabalho que nós estamos a fazer, um trabalho que conjuga estas necessidades e que, na minha opinião e na opinião do executivo, tem como momento importante para afirmar este caminho de desenvolvimento que nós temos defendido e que estamos a protagonizar, a elevação da Póvoa de Lanhoso a cidade sim, que só traz benefícios.

E já agora, vou aproveitar para fazer um esclarecimento, porque, segundo consta, e nós estamos em campanha eleitoral, e há aí determinada proposta, estamos em pré-campanha, há quem já esteja em campanha há algum tempo, estamos em pré-campanha eleitoral e há aí quem ventile ou quem tenha interesse em ventilar, este esclarecimento é mais lá para casa, há quem tenha interesse em ventilar que quando formos elevados a cidade que o IMI vai aumentar, há quem ventile isso e algumas pessoas que, se calhar lhe são bem próximas. Eu queria esclarecer que a elevação a cidade não tem nada a ver com a taxa de IMI, absolutamente nada a ver com a taxa de IMI, uma cidade pode ter a taxa mínima e uma vila pode ter a taxa máxima. Uma coisa não tem nada a ver com a outra.

Portanto, aquilo que está legislado relativamente ao imposto Municipal sobre imóveis é a possibilidade de nós todos os anos na Assembleia Municipal situarmos esse imposto, da forma que entendermos, ou melhor, que a Assembleia Municipal entender. A elevação a cidade não muda absolutamente nada relativamente à taxa de IMI que os habitantes do concelho da Póvoa de Lanhoso estão hoje a pagar, que é a mínima e que foi estabelecida, o ano passado com atualização das famílias numerosas que teve também o ano passado, uma atualização em baixa que foi apresentada pelo executivo e que foi aprovada aqui na Assembleia Municipal, portanto, queria deixar esse esclarecimento para que não haja nenhuma dúvida. Obrigado.”

Seguidamente, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra à deputada do GP do PSD, Fátima Alves.

Interveio a deputada Fátima Alves, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Já compreendemos é a tomada de posição, a sua tomada de posição, a tomada de posição do seu executivo. O que estamos aqui a falar, no meu ponto de vista, é a inversão de procedimentos, primeiro discute-se, depois leva-se o assunto à Comissão. Este é o meu entendimento, não quer dizer que seja o seu.

Nomeadamente ao IMI, senhor Presidente, esqueceu-se foi de referir o seguinte, o IMI afeta as famílias através do valor de avaliação e o valor de avaliação tem na sua génese

vários coeficientes que não passam pela alçada do município, nomeadamente o coeficiente de localização e que depende de variadíssimos fatores, portanto, esta correlação direta ou indireta ao IMI não se pode estabelecer dessa forma, e o senhor Presidente sabe disso muito bem.

Agora só dar uma nota final, relativamente à aprovação do Código de Ética e conduta do município da Póvoa de Lanhoso, e bem, salvaguarda o prestígio e a imagem do município. Sabemos que este código vai ser divulgado, tem que ser divulgado junto do mecanismo nacional anticorrupção e está também prevista a divulgação deste código a todos os trabalhadores por correio institucional, é isto que vem referido, contudo, e tendo em consideração que o Código de Ética e de conduta não abrange tão somente os trabalhadores do município, e os membros do órgão executivo, mas também todos os consultores e prestadores de serviços, dá-se aqui a indicação que deveria ser salvaguardado um mecanismo para que realmente seja dado conhecimento a todos os seus destinatários e que possam dar de imediato cumprimento ao preenchimento da declaração da existência ou inexistência de conflitos de interesses, portanto, a sugestão, é mesmo que seja acautelado que o mesmo chegue a todos e, eventualmente, fazer uma ação de capacitação e da importância do cumprimento deste código e de todas as obrigações que estão lá previstas. Obrigada.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, verificou que não existiam mais pedidos de intervenção e deu por terminado o ponto um da ordem de trabalhos.

Deliberação: A Assembleia Municipal ficou inteirada da análise da atividade do município e sua situação financeira, conforme o disposto na alínea c) do n.º 2 do artigo 4.º do regimento da assembleia municipal.

Seguidamente, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, informou que se faria um intervalo e “convocou” os líderes parlamentares para uma pequena conversa com o Presidente da Câmara durante o intervalo.

Após o intervalo, retomou os trabalhos, passando de imediato ao segundo ponto da ordem de trabalhos. **Ponto Dois: Informação da Câmara Municipal sobre o Relatório de Execução Orçamental do 1º Trimestre de 2025 da Escola Profissional do Alto Ave, nos termos da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, na sua redação atual.** E concedeu a palavra à Câmara Municipal para apresentação do ponto.

Interveio a Vice-Presidente da Câmara, Fátima Moreira, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Trazemos a vosso conhecimento para que passam ficar inteirados o relatório do primeiro trimestre da EPAVE que corresponde ao segundo período do ano escolar, digamos assim, o relatório de execução orçamental da EPAVE referente ao primeiro

trimestre, continua a ser impactado pela não aprovação até final de 2023 dos projetos relativos ao ano letivo, 2023/2024, devido a atrasos na disponibilização dos fundos comunitários. Face a esta situação, já aqui tratámos algumas vezes desta situação, o Governo através da resolução do Conselho de Ministros, número cento e setenta e três de dois mil e vinte e três, aprovou no final do ano de 2023, a antecipação de verbas sob a forma de empréstimo, permitindo assim o financiamento temporário dos projetos de formação com base nos valores da candidatura apresentada no ano anterior. Se bem se lembram devido a atrasos ou então a esta medida do Governo que trouxe até às escolas um financiamento com o valor relativo àquilo que tinham sido os valores gastos na formação relativamente ao ano anterior. Esse montante no valor de um milhão, quinhentos e oitenta e seis mil, novecentos e vinte euros e sessenta e sete cêntimos, foi transferido em janeiro de 2024, no entanto, não foi registado como receita, mas sim como passivo financeiro, empréstimo, a ser devolvido no momento do acerto das contas após a aprovação dos termos da candidatura, o pedido de reembolso da candidatura referente ao projeto de formação de 2023/2024, só deu entrada em janeiro de 2025.

Consequentemente, este passivo financeiro influencia negativamente os indicadores de execução orçamental do primeiro trimestre, apresentando a execução da receita de 4.35 e a execução da despesa de 5.54%. Não obstante, é importante salientar que, sem esta condição excecional, os níveis de execução estariam dentro dos parâmetros diferentes e adequados ao período em análise. Prevê-se que, logo que o referido empréstimo seja devolvido, conforme previsto na resolução do Conselho de Ministros, na mesma resolução, os dados refletirão uma situação mais realista. A plataforma para a regularização desta situação já está disponibilizada e estamos neste momento a aguardar o respetivo desenvolvimento para que esta devolução possa acontecer.

Nota adicional, no projeto de 2023/2024, foi aprovado em julho de 2024 e em outubro foi submetido o pedido de reembolso relativo ao período de setembro de 2023 até março de 2024. Foi aprovado esse pedido a três de dezembro de 2024, no valor de novecentos e noventa e seis mil, duzentos e dezassete euros e cinquenta e sete cêntimos, e foi pago pelo Fundo Social Europeu a 16 de janeiro de 2025, ou seja, entrou tudo já no ano de 2025.

Relativamente à candidatura do projeto de formação para o ano de 2024/2025, esta foi submetida a vinte oito de outubro de 2024, tendo o termo de aceitação sido assinado a vinte e nove de janeiro de 2025 no valor de um milhão, quatrocentos e treze, oitocentos e setenta e oito ponto, vinte cêntimos, também este valor incorpora este trimestre, por isso percebem então que, de facto, há aqui muita receita, alguma receita está ainda considerada, mas como passivo financeiro e faz depois baixar os níveis da execução, quer da despesa quer da receita. Não foi utilizada a conta caucionada no período em análise.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao deputado do CDS-PP, Pedro Afonso.

Interveio o deputado Pedro Afonso, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Relativamente ao relatório de execução orçamental do primeiro trimestre de dois mil e vinte cinco da Escola Profissional do Alto Ave, começo por dar nota que o CDS-PP se encontra inteirado do teor do mesmo, nada havendo a acrescentar, além do que aqui já foi exposto pela senhora vereadora do pelouro da Educação.

Tratando-se a EPAVE de uma importante entidade concelhia, cujo propósito visa a preparação e capacitação das alunas e alunos para o mercado de trabalho, gostaríamos nesta matéria de questionar o executivo sobre o número de alunos que conseguem emprego no final do seu percurso formativo na escola. Como já aqui referimos no passado, essa análise será seguramente muito importante, não só para avaliar o desempenho da escola, como também para serem definidas as melhores estratégias para promover o sucesso dos alunos e melhor adaptar a oferta formativa às necessidades de mercado do nosso concelho.

Termino com outro tema que entendemos importante em matéria de educação e oferta formativa no concelho. Pergunto-me se não serão os cursos de Turismo Cultural e Património ou de Turismo de Natureza e Aventura ou ainda de Gestão Hoteleira e Alojamento, entre muitos outros que fazem parte dos planos formativos das escolas de hotelaria nacionais, facilmente dinamizadas e enquadráveis no nosso território, de modo a serem atrativos para os nossos jovens. Assim, gostaríamos de questionar se existirão até à data, desenvolvimentos no âmbito do programa formação mais próxima, com vista à abertura de cursos nas áreas de hotelaria e turismo, e quais foram os resultados práticos até à data do protocolo celebrado com a Escola de Hotelaria de Viana do Castelo? Muito obrigado.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao deputado do GP do PSD, Diogo Sousa.

Interveio o deputado Diogo Sousa, cumprimentou todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Em relação ao relatório de execução orçamental da EPAVE referente ao primeiro trimestre do ano de dois mil e vinte cinco, são apresentados resultados expectáveis e, como tal, o grupo parlamentar do PSD, tendo em conta o regime jurídico em vigor, vem dizer apenas que se sente inteirado.

Uma vez que nos encontrámos no término do ano letivo e considerando que se estarão a iniciar diligências para o arranque do novo ano letivo, questionámos o seguinte, de que forma é que está a ser promovida oferta formativa? Qual a estratégia para a captação de novos alunos do ensino profissional? E se já existe até uma previsão do número de turmas para o próximo ano letivo?

Na última Assembleia Municipal, questionamos também ou analisamos também o relatório de contas do ano de 2024 e alertamos para alguns indicadores que nos causaram apreensão, nomeadamente a taxa de execução que não ultrapassou os 35%, a solvabilidade que desceu de 90 para 30%, o aumento do endividamento na ordem dos 25% e a queda do resultado líquido na ordem dos 40%. Sem prejuízo das explicações já dadas pela senhora vereadora, questionamos se não há práticas de gestão alternativas que conseguiriam corrigir esta tendência, porque pensamos que era importante adotá-las. Muito obrigado.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao deputado do GP do PS, Filipe Silva.

Interveio o deputado Filipe Silva, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Apenas para dar conta que a bancada do Partido Socialista relativamente ao relatório em análise, considera-se inteirada, ainda mais depois das explicações adicionais da senhora vereadora, portanto, nada temos a opor. Obrigado.”

Seguidamente, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra à Vice-Presidente da Câmara, Fátima Moreira, para resposta.

Interveio a Vice-Presidente da Câmara, Fátima Moreira, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Relativamente às questões colocadas pelo senhor deputado, Pedro Afonso, dizer-lhe que a formação que foi estabelecida no âmbito do protocolo da Escola de Hotelaria, segundo informações que temos do senhor vereador do pelouro do Turismo, parece-me que não teve mais, não houve mais resolução, digamos assim, do que aquilo que foi protocolado, desconhecemos se foi por parte da própria escola ou se foi também falta de interesse das próprias entidades, se calhar as duas coisas, mas é se calhar, provavelmente, uma área que merece a nossa análise, não tando no âmbito das políticas da EPAVE, diria eu, mas provavelmente no âmbito das políticas de formação muito orientadas para as entidades hoteleiras.

Nós para o próximo ano letivo, temos em divulgação, continuamos a ter em divulgação o curso de técnico de Mecatrónica automóvel, também o curso de técnico de cabeleireiro, o técnico de eletrónica, automação e computadores. Vamos ter como novidade o técnico do desporto de esteticista, também, e o técnico de instalações elétricas que já temos meia turma e técnicos de maquinaria e programação CNC meia turma. Eu quero relembrar aqui que sendo a EPAVE, uma escola que viu contemplada a candidatura do CTE na área industrial, nós temos obrigatoriedade de termos uma percentagem dos cursos nessa área, para eles serem aprovados e termos o financiamento depois para a

formação que lhe corresponde. Desde logo a nossa continuidade na questão da mecatrónica também na eletrónica, automação e também nas instalações elétricas e programação CNC.

Depois, por outro lado, temos que eu também penso que já falei aqui disto algumas vezes, nós também temos que ter, nós quando digo nós EPAVE, mas a formação toda, também depois tem um critério que é a questão da igualdade de género, como estas turmas da mecatrónica, automação são turmas muito procuradas, sobretudo pelo género masculino, pelos rapazes. Temos que depois ter uma oferta mais orientada para o género feminino, para as raparigas, e daí esta proposta de mantermos o cabeleireiro que é sempre uma turma que enche, a EPAVE já é uma referência nesta formação e este ano esta oferta também de esteticista para também atrair aqui o género para haver então este equilíbrio de género.

Dizer-vos que, neste momento, já temos inscritos, pré-inscritos 117 que vão assegurar as turmas assim, tendo em conta o número de inscrições acrescidos os jovens darão continuidade ao seu percurso escolar, para já apontam-se 229 alunos. Temos aqui isto no relatório e dizem então há aqui a perspetiva apenas de, faltam apenas dezoito inscrições para atingir o objetivo inicialmente traçado, que era o aumento de 10% relativamente ao ano anterior, a manutenção das turmas, mas com mais alunos. Relativamente à forma como se tem divulgado a formação que foi uma questão colocada pelo senhor deputado Diogo, também temos aqui informação, é só consultar, ora bem, foram criadas então oportunidades para visitar universidades e institutos politécnicos, a escola também abriu para receber alunos, participou em várias feiras, este ano pela primeira vez, participámos também no First chelange que decorreu na ilha da Madeira no prestigiado Festival Nacional de Robótica, tendo alcançado o terceiro lugar, com quatro alunos do curso técnico de eletrónica, automação e computadores. Penso que me falta alguma questão relacionada com, os indicadores muito bem, é isso mesmo, também temos aqui essa informação, podemos dizer que nas áreas da mecatrónica, cabeleireiro, quase todos há uma colocação no mercado de trabalho muito grande, também temos a preocupação de perceber quantos alunos têm intenção de prosseguir estudos, que é uma análise que também fazemos, e no âmbito de EQAVET temos, de facto, depois de fazer essa análise, apesar de ainda não estarmos num período de inscrições já há cerca de oito alunos que manifestaram interesse em prosseguir estudos no âmbito dos cursos superiores.

Relativamente aos dados mais concretos de quantos alunos ingressaram no mercado de trabalho, eles fazem sempre parte, todos esses dados e são publicados na página da EPAVE, porque fazem parte da certificação da qualidade no âmbito da EQAVET. E estão lá e eu devo dizer que a EPAVE tem, de facto, bons rácios de quer empregabilidade, quer nesta área do prosseguimento de estudos, comparativamente com outras escolas profissionais.

E penso que é isto. A nossa intenção no próximo ano é, como vos disse, aumentar os alunos, o número de turmas vai aumentar ainda uma turma relativamente às que vão sair, esse é o nosso objetivo também, relativamente às turmas que saem este ano para o ano no primeiro ano, ter uma turma a mais, isto faz parte também da própria sustentabilidade da EPAVE, e neste momento, com os dados que temos de pré-inscrições, acreditamos que vamos conseguir com alguma facilidade atingir esse objetivo.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, confirmou que não existiam mais pedidos de intervenção, pelo que deu o segundo ponto por terminado.

Deliberação: A Assembleia Municipal ficou inteirada da informação da Câmara Municipal sobre o Relatório de Execução Orçamental do 1.º Trimestre de 2025 da Escola Profissional do Alto Ave, nos termos da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, na sua redação atual.

Seguidamente, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, informou que em resultado da pequena reunião efetuada durante o intervalo, ficou decidido retirar o ponto três da ordem de trabalhos, referente à aprovação do Regulamento Municipal de Gestão do Arvoredo em Meio Urbano, por intenção do senhor Presidente da Câmara, com a promessa de voltar na Assembleia de setembro com melhorias. **Ponto Três: Proposta da Câmara Municipal para aprovação do Regulamento Municipal de Gestão do Arvoredo em Meio Urbano, conforme disposto na alínea g) do n.º 1 do artigo 4º do Regimento da Assembleia Municipal.**

Deliberação: o ponto foi retirado da ordem de trabalhos.

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, passou assim ao ponto quatro da ordem de trabalhos. **Ponto Quatro: Proposta da Câmara Municipal para aprovação da consolidação de contas adstrita ao exercício de 2024, nos termos do n.º 2 do artigo 76.º da Lei 73/2013, de 03 de setembro.** E concedeu a palavra à Câmara Municipal para apresentação do ponto.

Interveio a Vice-Presidente, Fátima Moreira, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Bem, a consolidação de contas constitui um mecanismo que visa agregar a informação financeira das diversas entidades que integram o grupo autárquico, no caso da Póvoa de Lanhoso, é a autarquia e a EPAVE, como se estas duas se tratassem de uma entidade única. Trata-se de uma obrigação legal nos termos do n.º 2 do artigo 76º da Lei n.º 73/2013, 3 de setembro, sendo exigida a aprovação da consolidação de contas referente ao ano de 2024.

Este é um documento de natureza essencialmente técnica que não acrescenta informação relevante face à já apresentada e analisada na última Assembleia Municipal, no âmbito da prestação de contas da Câmara Municipal da Póvoa de Lanhoso relativas ao ano de 2024, que já incluía, como bem sabem e aqui analisámos, o relatório de contas da EPAVE. No âmbito da consolidação de contas, importa referir que a EPAVE apresentou em 2024, um resultado positivo de trinta e quatro mil, quatrocentos e vinte e um euros e quarenta e oito cêntimos. No entanto, este valor não teve impacto significativo no resultado da entidade mãe, nem nas contas consolidadas.

E eu queria aqui só voltar a enfatizar aquilo que também o senhor deputado Diogo há pouco referiu, relativamente ao relatório da EPAVE e ao baixo nível de execução, ele foi impactado pelo processo que há pouco descrevi que teve a ver com o empréstimo, passivo financeiro, por não termos os financiamentos correspondentes à formação, como nós recebemos o dinheiro emprestado, digamos assim, com depois a garantia de ter que o devolver, de um milhão e quatrocentos mil euros. E ainda temos esse dinheiro do lado de cá que ainda não o devolvemos. Ele conta como uma receita e depois vai baixar os dados da execução e foi sobretudo isto que fez variar os dados das contas da EPAVE, porque se não fosse isso, os resultados eram completamente satisfatórios como há bocado expliquei.

Assim, conclui-se que o conteúdo e a substância do presente documento técnico de consolidação de contas já foram na prática analisados aquando da última Assembleia Municipal, no contexto da prestação de contas da Câmara que integrava também já, como já aqui disse, o relatório de contas da EPAVE de 2024. A opinião com reservas do auditor da demonstração de financeiras consolidadas, está relacionada com o facto de, não obstante, todas as diligências que têm vindo ser tomadas pelo executivo e pelos serviços, não está assegurado que os valores que integram o ativo tangível do grupo estejam devidamente registados por valores adequados, mas o relatório consolidado, segundo o auditor de gestão, foi preparado de acordo com as leis e regulamentos em vigor, não tendo sido identificadas incorreções materiais. E é só o que nos presta esclarecer.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao deputado do CDS-PP, Pedro Afonso.

Interveio o deputado Pedro Afonso, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Relativamente à obrigatoriedade de apresentação de contas consolidadas, decorrente de imperativo legal e que respeita à agregação de contas do grupo autárquico composto pelo município da Póvoa de Lanhoso e pela Escola Profissional do Alto Ave e após também as explicações aqui da senhora vereadora do pelouro. Damos nota a esta

assembleia que o CDS-PP se encontra inteirado do teor do documento e nada tendo a obstar irá votar favoravelmente a proposta da Câmara Municipal. Muito obrigado.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao deputado do GP do PSD, José Manuel Silva.

Interveio o deputado José Manuel Silva, cumprimentou todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Agradeço a apresentação do ponto, à senhora Vice-Presidente, Dra. Fátima Moreira. Tivemos, como foi referido pela senhora Vice-Presidente em abril, a oportunidade na última Assembleia de abril, a oportunidade de fazer a análise às contas, tanto do município, como da EPAVE, fizemos nesse momento as considerações que entendia-mos como importantes e necessárias e hoje, no fundo, é um documento técnico e a consolidação, sendo um documento técnico a nossa bancada está inteirada e não tem nada a opor e votará favoravelmente.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao deputado do GP do PS, Filipe Silva.

Interveio o deputado Filipe Silva, cumprimentou todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“No seguimento das intervenções dos meus colegas que me antecederam, também não temos nada, este ponto não nos suscita nenhuma dúvida, até porque já foram debatidos e, portanto, votaremos favoravelmente. Obrigado.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, verificou que não existiam mais pedidos de intervenção e colocou à votação do plenário o ponto quatro.

Deliberação: A Assembleia Municipal deliberou aprovar por unanimidade, com 43 votos a favor, membros presentes, num total de 45 membros em efetividade de funções, a proposta da Câmara Municipal para aprovação da consolidação de contas adstrita ao exercício de 2024, nos termos do n.º 2 do artigo 76.º da Lei 73/2013, de 03 de setembro.

Seguidamente, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, passou de imediato ao quinto e último ponto da ordem de trabalhos. **Ponto Cinco: Proposta da Câmara Municipal para aprovação da 7.ª alteração modificativa ao Orçamento e Grandes Opções do Plano para 2025, nos termos da alínea a) n.º 1 do artigo 4.º do Regimento da Assembleia Municipal.** E concedeu a palavra à Câmara Municipal para apresentação do ponto.

Interveio a Vice-Presidente da Câmara, Fátima Moreira, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Esta sétima alteração modificativa ao orçamento está relacionada com a necessidade da incorporação das receitas e também das despesas inerentes a duas candidaturas que, entretanto, foram aprovadas. Uma delas a aquisição e desenvolvimento de plataformas de gestão urbana, no âmbito dos territórios inteligentes e também o CLDS 5G que já aqui foi também até apresentado no âmbito do ponto um que também vê, agora a necessidade de incorporar as receitas relativamente à candidatura do ano de 2025.

Os que são investimentos vão para o PPI, plano plurianual de investimentos, os que são ações vão para o PAM, o plano de Atividades Municipal e o documento diz exatamente quais são as verbas que neste caso modificam tanto numa situação como noutra.”

Depois, o Presidente da Assembleia Municipal, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao deputado do CDS-PP, Pedro Afonso.

Interveio o deputado Pedro Afonso, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Tal como foi explicado pela senhora vereadora Dra. Fátima Moreira relativamente a esta sétima alteração modificativa ao Orçamento e Grandes opções do plano para 2025, a mesma decorre da necessidade da inscrição no plano plurianual de investimento das candidaturas, nomeadamente a candidatura de aquisição e desenvolvimento de plataformas de gestão urbana e da candidatura CLDS 5G Lanhoso.

O CDS-PP encontra-se como tal inteirado do teor da proposta e votará favoravelmente. Muito obrigado.”

Depois, o Presidente da Assembleia Municipal, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao deputado do GP do PSD, Artur Salgado.

Interveio o deputado Artur Salgado, cumprimentou todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Relativamente a esta proposta da Câmara Municipal para aprovação da sétima alteração, modificativa ao Orçamento e Grandes opções do plano para 2025, nos termos da alínea a) n.º 1 do artigo 4.º, do Regimento da Assembleia Municipal, o ponto foi devidamente explicado pela Vice-Presidente Dra. Fátima, pessoa que eu estimo que ela sabe que é verdade e que realmente apresenta os pontos muito detalhadamente, os meus parabéns nesse aspeto, portanto, também era só para dar conhecimento a todos os presentes que a bancada parlamentar do Partido Social Democrata vai votar favoravelmente este ponto.

Só queria fazer aqui um pequeno à parte, se me permite, senhor Presidente, eu, por acaso, quando recebi a convocatória, estava em frente a um computador e deu-me para ver qual era a alínea a) do n.º 1 do artigo 4º no Regimento, e consultei e fui ao site do município e consultei o Regimento, realmente verifiquei que o n.º 1 do artigo 4º não é este artigo, portanto, mas depois verifiquei melhor e verifiquei que o Regimento da Assembleia Municipal, o que está em vigor e o que lá está publicado ainda é o de 2018, portanto, como nós não temos, pelo menos antes havia uns livrinhos e agora não há, eu peço que sei o rigor que o senhor Presidente usa nisso, que mande, por favor, alterar, já vai há noventa dias que foi aprovado o Regimento da Assembleia Municipal e que seja alterado na página do Município da Póvoa de Lanhoso. Obrigado.”

Depois, o Presidente da Assembleia, justificou que tem solicitado junto dos serviços a atualização do site no que se refere à documentação da Assembleia Municipal, mas que devido à falta de pessoal, essa atualização não tem sido efetuada com a brevidade desejável. E concedeu a palavra ao deputado do GP do PS, Filipe Silva.

Interveio o deputado Filipe Silva, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Uma vez mais e na sequência da intervenção da senhora Vice-Presidente, este ponto só existe, porque é preciso incluir então no orçamento e grandes opções do plano estas duas candidaturas aprovadas e, portanto, neste sentido também nada temos a opor e votaremos favoravelmente. Muito obrigado.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, verificou que não existiam mais pedidos de intervenção e colocou o último ponto à votação do plenário.

Deliberação: A Assembleia Municipal deliberou aprovar por unanimidade, a proposta da Câmara Municipal para aprovação da 7.ª alteração modificativa ao Orçamento e Grandes Opções do Plano para 2025, nos termos da alínea a) n.º 1 do artigo 4.º do Regimento da Assembleia Municipal.

Por fim, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, deu por terminada a sessão colocando à consideração do plenário a aprovação da ata em minuta para produção imediata de efeitos das deliberações tomadas. Informou que a mesma foi aprovada por unanimidade e desejou a todos boas festas e boas férias.

Anexa-se à presente ata a documentação adstrita aos pontos da ordem de trabalhos, fazendo dela parte integrante.